

Contágio viral, contágio econômico e riscos políticos na América Latina²

RESUMO

O presente artigo constitui uma análise acurada da situação da pandemia do novo coronavírus e a complexidade deste fenômeno frente às características estruturais presentes nas sociedades latino-americanas. O ponto de partida de tal análise é constituído pelas condições históricas destas nações, baseadas na desigualdade social. Desigualdade configurada atualmente pelo déficit histórico em termos da presença do Estado neoliberal no que diz respeito ao sistema de saúde, assistência social e econômica, que se demonstraram fragmentados e insuficientes para a promoção de ações efetivas de enfrentamento desta crise sanitária. Este contexto é ainda agravado em razão do ultraconservadorismo capitaneado em grande parte pelos segmentos evangélicos e/ou os segmentos políticos de extrema direita. Desse modo, o artigo coloca em relevo o divórcio entre a situação política, a forma como se consubstancia a administração desta pandemia e a necessidade de enfrentamento, elaboração e execução de ações que conduzam a respostas efetivas de enfrentamento a esta crise sanitária.

Palavras-chave

Coronavírus (COVID-19); Neoliberalismo e Política Sanitária; Movimentos Evangélicos.

ABSTRACT

This article constitutes an accurate analysis of the situation of the pandemic of the new-corona virus and the complexity of this phenomenon in view of the structural characteristics present in Latin American societies. The starting point of such an analysis is constituted by the historical conditions of these nations, based on social inequality. Inequality currently configured by the historical deficit in terms of the presence of the neoliberal state with regard to the health system, social and economic assistance, which have shown to be fragmented and insufficient to promote effective actions to face this health crisis. This context is further aggravated due to the ultra-conservatism led in large part by the evangelical segments and / or the extreme right political segments. Thus, the article highlights the divorce between the political situation, the way in which the administration of this pandemic is substantiated and the need to confront, elaborate and execute actions that lead to effective responses to this health crisis

Keywords

Coronavírus (COVID-19); Neoliberalism and Health Policies; Evangelical Church

1. Professor emérito da Université Paris XIII - Université Sorbonne Paris Cité. Doutor em Economia pela Université Paris-Sorbonne.
2. Tradução de Luiz Jorge V. P. de Mendonça (Professor Titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Departamento de Economia) e Revisão de Alexis Saludjian (Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Economia.).

Introdução³

A pandemia revela disfunções de um capitalismo esgarçado, em que o Estado cedia cada vez mais espaço ao mercado, em especial a um dos seus principais atores, qual seja: as firmas multinacionais. A COVID-19 provoca uma crise mundial de profundidade desigual: a produção cai em todos os lugares, o desemprego aumenta, as rendas diminuem. Após ter atingido os países do Extremo Oriente, posteriormente a Europa e mais tardiamente os Estados Unidos, ela chegou à América Latina e depois à África.

Os governos, nem todos, intervêm pesadamente, afetando os princípios sagrados aos quais estavam encerrados até há pouco tempo. Isto em termos da amplitude dos déficits públicos; da retomada, por parte do Estado, da responsabilidade em relação à parte do desemprego em alguns países desenvolvidos; e das possíveis nacionalizações de setores considerados estratégicos.

O discurso intervencionista não é predominante em boa parte da América Latina. O crescimento das despesas públicas prometido é desigual segundo cada país. O Peru está à frente em relação aos demais países, enquanto o México encontra-se como último neste grupo à medida que se diferencia em termos da composição da ajuda (auxílio às empresas e às famílias sob todas as formas possíveis), porém, geralmente modesta em termos de percentagem de seu produto interno bruto (PIB), distante das necessidades. No México, os sucessivos discursos do presidente privilegiam as despesas sociais, porém, sem liberar os meios necessários para efetuar-las, subestimam a pandemia, embora aceitando as medidas de confinamento. No Brasil, as decisões dos ministros, principalmente aquelas do ministro da saúde, posteriormente demitido, e as dos governadores de diversos estados são frequentemente contestadas pelo presidente da República. E isto principalmente no que diz respeito às medidas de confinamento e de retomada rápida do trabalho. No caso brasileiro, soma-se a isto um conflito entre duas estratégias: aquelas que querem adotar a Supremacia do Mercado, acelerando as privatizações, e aquelas que, por parte de certos segmentos das forças armadas, gostariam de um “Plano Marshall” de financiamento de infraestrutura pública para enfrentar a diminuição significativa dos investimentos públicos nos últimos anos, sem especificarem o montante para tais despesas. Os presidentes, brasileiro e

3. Agradeço a Jean-Raphaël Chaponnière e a Nicolas Bénéès pelos seus comentários a este artigo.

mexicano, subestimam a pandemia e promovem a volta às atividades econômicas sem se preocupar com o custo humano.

A crise tem diversas dimensões. Ela não chega a se constituir enquanto um “corpo sadio”, pronto a reagir uma vez superada a pandemia. De fato, quase todos os países e particularmente os maiores e mais potentes – Argentina, Brasil e México – experimentam uma tendência à estagnação das taxas de crescimento do PIB. O México constitui quase um caso exemplar. Apesar de sua abertura externa, que segundo especialistas de instituições internacionais e diversos economistas do *main stream* dinamizariam seu crescimento, obteve uma taxa de crescimento do PIB *per capita* anual de apenas 0,8% em média entre 1983 e 2017. Nível este bem inferior ao alcançado pelos Estados Unidos no mesmo período. A tendência à estagnação tem diversas causas. Lembremos que, em primeiro lugar, as desigualdades de renda e patrimoniais são muito marcantes, as taxas de investimento em decorrência do comportamento rentista cada vez mais pronunciado manifestam-se por meio de uma financeirização excessiva, fugas de capitais, um padrão de consumo ostentatório, pela desindustrialização mais ou menos acentuada e por despesas em pesquisa e desenvolvimento (P&D) “reduzidas ao mínimo” (entre 0,5% e 1,1% do PIB segundo o país; como referência, na França essas despesas atingem 2,4% do PIB e na Coreia chegam a 4,5% do PIB). Em segundo lugar, antes mesmo que se manifestassem as consequências econômicas da pandemia, a Argentina e a Venezuela conheceram uma crise econômica profunda e atravessada por uma inflação cada vez mais incontrolável, sobretudo na Venezuela. No Brasil, também há uma profunda crise, semelhante à de 1930, manifestando uma incapacidade de retomada. Enfim, o México também entra em recessão desde 2019, e outros países conhecem uma diminuição de suas atividades econômicas (como a Colômbia).

Enfim, há um retorno da restrição externa dada a baixa da cotação das matérias-primas e do volume vendido, este aumenta com a generalização da crise devido à pandemia em nível mundial e a acentuada queda da demanda dos países asiáticos, grandes importadores dessas matérias-primas.

O objeto deste artigo é estabelecer para a América Latina uma relação entre o surgimento do *cluster* (local onde se desenvolve a pandemia, dado que, de fato, cada um dos territórios não é afetado pelo vírus da mesma forma) e a vulnerabilidade da população que nela vive. E isto atrelado à insuficiência das despesas em saúde e suas respostas inadequadas em termos de políticas que minimizem os riscos. Além disso, a

vulnerabilidade ao vírus é mais relevante para os segmentos mais modestos e pobres da população que habitam esses *clusters*, dado que o acesso aos hospitais é mais difícil, e as condições de moradias, mais insalubres. Este ambiente é particularmente propício à difusão da pandemia, com uma morbidade significativa dada a desnutrição. A influência crescente das igrejas evangélicas, principalmente sobre os segmentos mais pobres, agrava o risco de mortalidade. Paradoxalmente, a expressão política da população evangélica conduz à negação desses riscos, levando-a novamente a apoiar correntes populistas de extrema direita, e, por vezes, incorporando uma temática redistributiva, pelo menos ao nível do discurso. Em suma, o objetivo deste artigo é analisar a sequência *cluster* – diferenciação social – crescimento das igrejas evangélicas – aumento potencial de novas correntes populistas.

1. Déficit na saúde e mais Estado

Em um artigo publicado em *Project Syndicate*, Nouriel Roubini (2020) resume em dez pontos as razões pelas quais a relação do Estado com a Nação mudará por conta das consequências produzidas pela pandemia da COVID-19. Enumeremos elas, pois algumas servirão como fio condutor de nossa apresentação:

- 1) acumulação de déficits de grande amplitude com falhas encadeadas e um crescimento do déficit orçamentário que conduz a uma sobrecarga do endividamento público;
- 2) envelhecimento da população, “verdadeira bomba demográfica” que necessita de imensos investimentos públicos no sistema de saúde, como foi revelado pela crise sanitária aguda provocada pela COVID-19;
- 3) sério risco de deflação com consequências negativas sobre a estrutura produtiva e o mercado de trabalho;
- 4) monetização dos déficits públicos para evitar essa deflação decorrente da depressão econômica;
- 5) aumento da revolução numérica com potenciais consequências sobre o mercado de trabalho, tanto em termos de emprego quanto em termos de renda;
- 6) uma desglobalização já presente há alguns anos que será acelerada pela pandemia,

principalmente em termos de realocação da produção de bens relacionados à saúde a fim de assegurar maior soberania sanitária;

7) um enfraquecimento das democracias em decorrência dos custos sociais da pandemia e um aumento potencial do populismo;

8) uma nova guerra fria entre os Estados Unidos e a China, mas também com Rússia e Coreia do Norte;

9) sério risco de crise ambiental, com as mudanças climáticas aceleradas e favorecendo o surgimento de novas epidemias.

Neste artigo insistiremos principalmente nos pontos 2 (saúde), 3 (mercado de trabalho e pobreza) e 8 (aumento do populismo).

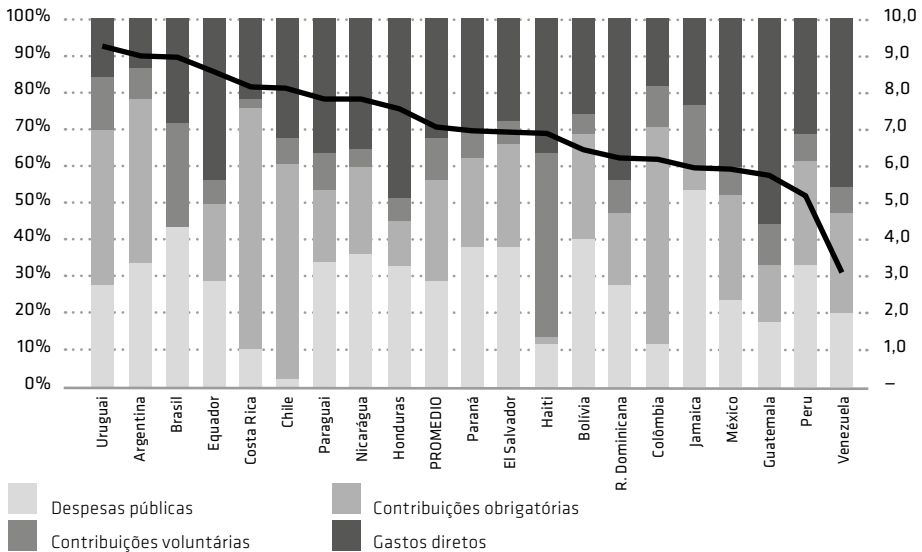
1.1 O déficit na saúde

Quase todos os países latino-americanos pagam um preço alto por conta da insuficiência dos investimentos em saúde. O total das despesas com saúde pública e privada na América Latina representa, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 8,5% do PIB. Este percentual é no mínimo modesto e amplamente insuficiente, dada a magnitude das necessidades nos diversos países. Quando se compara com os dados da OCDE observa-se que, em 2014, as despesas com saúde pública e privada atingem em média 12,5% e são bastante díspares entre si: 16,9% do PIB nos Estados Unidos; 11,2% na Alemanha e França; e 5,5% no México. Na América Latina observa-se que, segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) coletados e comentados por Cetrangolo e Goldschmit (2019), o Uruguai, a Argentina, o Brasil, o Equador, a Costa Rica, o Chile, o Paraguai, a Nicarágua e Honduras ultrapassam a média latino-americana de 7% (dados não ponderados pela população). Todos os demais países encontram-se abaixo dessa média, com o México entre os últimos, à frente de Guatemala, Peru, e a Venezuela em último lugar com apenas 3,2% do PIB.

Os sistemas de saúde pública são frequentemente fragmentados segundo as corporações (petroleiros, funcionários públicos etc), mas também em função do Estado central, estadual e das grandes corporações. Essa fragmentação – descentralização permite aumentar a eficácia, tal como ocorre na Alemanha, mas também produz efeito inverso ao acentuar a ineficácia, facilitando o aumento da corrupção. As despesas

públicas de saúde são compostas pelas contribuições do Estado e pelas contribuições obrigatórias por parte dos assalariados. As contribuições públicas são mais significativas, principalmente no Uruguai (28% das despesas totais, públicas e privadas); um pouco mais de 30% na Argentina; 42% no Brasil, muito baixa no Chile (em torno de 2%), e um pouco menos de 25% no México (ver gráfico 1). A parte das cotizações obrigatórias é bem significativa no Uruguai (40%) e na Argentina (45%), significativamente importante na Costa Rica (67%), um pouco menos no Chile e na Colômbia (59%). Este último país apresentando investimentos em saúde (pública e privada) inferiores à média latino-americana. O Uruguai, a Argentina e a Costa Rica possuem sistemas de saúde que privilegiam bastante as despesas públicas: 70% no primeiro caso, 80% no segundo e 75% no terceiro. Tais despesas públicas chegam a atingir 60% das despesas totais no Chile, 70% no caso da Bolívia e da Colômbia e 50% no México.

Gráfico 1 | Percentual do PIB (escala vertical da direita) e estrutura das despesas de saúde públicas e privadas (escala vertical da esquerda) na América Latina, 2014



Fonte: Cetrangolo; Goldschmit, 2019, p. 12.

Quando analisamos a divisão entre investimentos públicos e privados na saúde, observamos disparidades significativas entre os países. A parte das despesas privadas é significativa em termos médios, apresentando um crescimento nos últimos

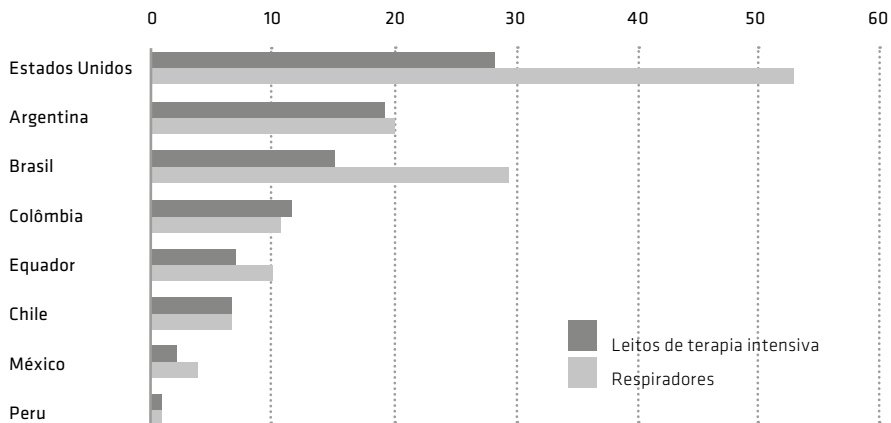
anos em detrimento das despesas públicas, isto é, da solidariedade. Correspondem a despesas com cotizações voluntárias em sistemas de saúde privados, permitindo o acesso aos hospitais e clínicas privadas de forma a preencher, ou melhor, complementar o atendimento insuficiente da assistência pública. No entanto, também são despesas privadas que permitem obter o atendimento (“gasto à vista”, isto é, pago de seu próprio bolso) no ato do pagamento por parte de indivíduos que não contribuíram, mas têm condições de pagar. Esta última modalidade é significativamente importante na Guatemala (58% do total das despesas públicas e privadas), mas também importante em Honduras, Equador, Venezuela e México (48%, 45%, 48% e 40% respectivamente).

A importância das despesas privadas, seu aumento relativo, é um indicador do déficit de solidariedade no sistema de saúde. Quanto mais importante for esta parcela, menor será a solidariedade do sistema. Quando as despesas totais públicas e privadas, em termos percentuais do PIB, são irrisórias e a parcela das despesas privadas é grande, a solidariedade é irrelevante.

Quando comparamos a quantidade de leitos (tratamento intensivo) por 100 mil habitantes e o número de respiradores disponíveis para os enfermos em 2020, observa-se que no Brasil – com diferenças regionais enormes – coloca-se à disposição dos enfermos ao menos um terço dos leitos e 3/5 dos aspiradores a menos que o observado nos Estados Unidos. A Argentina é um pouco mais bem dotada em termos de leitos de tratamento intensivo, o México é de longe bem distante disto e o Peru encontra-se ainda mais distante, como podemos observar no gráfico 2.⁴ Se considerarmos que os 25% mais ricos da população – os ricos, as classes média alta e média – têm mais acesso ao sistema de saúde privado, que dispõe aproximadamente da metade dos leitos de tratamento intensivo e dos ventiladores, compreende-se como a situação sanitária da maior parte da população é particularmente vulnerável.

4. Os países que têm mais de dez leitos – públicos e privados – por mil habitantes (não se trata aqui de tratamentos intensivos, de reanimação) tiveram a menor taxa de mortalidade provocada pela pandemia. Segundo a OCDE, em 2017, a Coreia do Sul contava com 12,7 leitos por mil habitantes; a Alemanha, 8; a França, 5,97; os Estados Unidos, 2,76; o Chile, 2; o Brasil, 1,95; o México, 1,39 leito por mil habitantes, respectivamente. A distribuição público-privada é interessante: a porcentagem de leitos nos hospitais públicos em relação aos privados é de 10,2% na Coreia do Sul; 40,8% na Alemanha – além disso deve-se frisar que os hospitais privados são obrigados a reservar leitos para atender o serviço público universal –, 61,6% na França, 22,1% nos Estados Unidos; 73,9% no Chile; e 73,9% no México (Cf.: CETRANGOLO; GOLDSCHMIT, 2020). Nos últimos dez anos o Brasil suprimiu entre 40 a 50 mil leitos, por falta de recursos suficientes para mantê-los (O GLOBO, 23 mar. 2020, ver também FINANCIAL TIMES de 13 abril 2020). Ver, ainda: BARCENO A., 3 abr. 2020, com dados mais completos por país na p. 21.

Gráfico 2 | Cuidados intensivos de reanimação, camas e ventiladores por 100.000 habitantes.



Fonte: *The Economist*, 8 abr. 2020.

A crise provocada pela pandemia se cruza com um tecido social extremamente enfraquecido e frágil. Ela revela um conjunto disfuncional grave em relação ao conjunto dos países do globo. As primeiras vítimas são os mais pobres, em qualquer país e mais particularmente nos países onde eles não são protegidos, como ocorre na América Latina.

Antes da pandemia, a informalidade (70% na Bolívia, 63% no Peru, 47% no Brasil) e a pobreza permaneciam significativas na América Latina. Na Argentina, o percentual de informalidade atingiu 50%. Nesses últimos anos, a informalidade e a pobreza tiveram novamente uma tendência de aumento, principalmente e novamente no Brasil e na Argentina. Esta situação se agravará com a pandemia: como observam diversos sociólogos e médicos, os doentes pobres morrerão em suas casas ou até mesmo “na porta do hospital” (*O Globo*, 23 mar. 2020).

A obesidade é uma doença dos tempos modernos, ela afeta sobretudo os pobres, ao passo que, no início do século XX, simbolizava a riqueza, como se pode observar no filme *A greve*, de Sergei Eisenstein. Ela é provocada na maior parte dos casos pela “má alimentação”. Os pobres são cada vez mais obesos no México, um pouco menos no Brasil, relativamente menos ainda na Argentina. Ela também está presente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. A obesidade é frequentemente associada à diabete, à hipertensão arterial, aos problemas cardiovasculares. O conjunto dessas comorbidades fragiliza os pacientes atingidos pelo novo coronavírus, causador da COVID-19, suas taxas de letalida-

de tornam-se elevadas.⁵ É isto que explica por que os pobres são mais vulneráveis à pandemia do que outras categorias da população. No entanto, com certeza este não é o único fator. As condições de vida, o acesso à água, a promiscuidade e a densidade da população nas favelas também explicam sua maior vulnerabilidade. O fato de que sejam compelidos a trabalhar e a utilizar transportes coletivos agravam os riscos de contágio.

As classes médias também estão expostas à pandemia, porém em menor medida, dado que, em geral, se alimentam melhor, têm acesso à água e podem lavar as mãos, vivem em espaços maiores, alguns podem estabelecer um *home office* ou permanecer em suas casas.

Quando os governos subestimam o perigo e não têm políticas de prevenção tais como o distanciamento social e o confinamento; não decidem prover os mais pobres com uma renda mínima ou o fazem de modo insuficiente; quando o presidente se opõe a seus ministros e clama pela manutenção do nível de atividade, tripudiando aqueles que sobrestimam a crise sanitária, enquanto a verdadeira catástrofe seria a crise econômica;⁶ quando os setores religiosos, cada vez mais influentes, dizem que através da oração coletiva podemos repudiar Satã, o cavalo de Troia da pandemia, então só nos resta sermos pessimistas. Tal atitude designa como criminosos aqueles que se recusam a enfrentar esta pandemia e preconizam o retorno imediato ao trabalho, qualquer que seja o custo humano, sem sequer aguardar que a pandemia diminua, que o percentual de imunizados atinja um mínimo. Contudo, é também um momento em que, dada sua amplitude e consequências desastrosas sobre determinadas categorias da população e a exploração política possível por parte de partidos e igrejas, pode surgir uma via para governos de extrema direita.

O inverso, no entanto, também é possível: uma oportunidade a ser aproveitada para construir outra sociedade, com objetivos distintos da simples e exclusiva busca de lucro. É uma crise que clama por uma renovação completa da maneira de pensar a economia e a política. Hoje, o primado é o da solidariedade, mas que, infelizmente, não se constitui suficientemente para o caso da América Latina.

5. Nos países avançados, são principalmente as populações idosas que têm mais risco de sucumbir à epidemia, já que têm, mais do que os jovens, hipertensão etc. Na América Latina são os jovens que são mais atendidos. Em fins de março, um quarto dos pacientes hospitalizados com COVID-19 no Rio de Janeiro eram jovens de menos de 40 anos.

6. Como foi dito, a escolha dos mais desprovidos frequentemente é trabalhar ou morrer de fome. Este discurso pode ecoar junto àquela população que prefere trabalhar, com o risco de ser contaminado e talvez morrer, a não ter recursos suficientes para alimentar sua família.

Desigualdades em relação à pandemia

Por razões evidentes, frequentemente é impossível fazer com que o confinamento seja respeitado nas favelas mais miseráveis: superpopulação, que dificulta o distanciamento social; condições sanitárias desastrosas, que dificultam até o ato de lavar as mãos; e sobretudo a informalidade e pobreza que, quando conjugadas, implicam que o direito à aposentadoria seja uma abstração, a escolha sendo de fato entre trabalhar ou morrer de fome.

Em casos extremos, as residências não dispõem de água potável nem mesmo água corrente, tornando difícil até o ato de lavar as mãos regularmente. A densidade da população é muito grande nessas localidades, dificultando as “barreiras” que promovam o distanciamento social. Enfim, como a maior parte das pessoas se mantém com empregos informais e não dispõe de condições sanitárias, o confinamento reduz-se à escolha impossível. Isto é, morrer de fome respeitando o confinamento ou ir trabalhar e aumentar consideravelmente a possibilidade de contaminação. O acesso aos hospitais pouco preparados para esta pandemia e sobrecarregados faz com que muitos dos mais pobres contaminados pelo vírus permaneçam em casa, até mesmo morram em casa, explicando em boa parte a subnotificação de óbitos. A isto se soma a vontade de certos presidentes – no Brasil de forma caricatural – e também por parte de seitas evangélicas cuja influência sobre os mais pobres e menos escolarizados é particularmente grande. Estes fazem de tudo para se opor ao confinamento imposto pelos governadores dos estados (no caso de Federação) ou, então, às autoridades locais, sob o pretexto de que esta pandemia é apenas uma pequena gripe e que o confinamento acarretaria uma crise irreparável, produzindo um número de mortes mais elevado do que aquele produzido pela pandemia.⁷

Compreende-se então que a pandemia possa afetar sobretudo os mais pobres que, não tendo outra escolha, além de continuar vivendo em ambientes superpopulados,⁸ tenha que ir trabalhar em pleno turbilhão de contágio sem dispor de condições mínimas de prevenção. E isto tanto mais quanto os presidentes roguem que nada se faça e que as igrejas evangélicas, especialmente implantadas em meio aos mais pobres, consoante sua doutrina, preguem que lutar contra a pandemia implica fortalecer a fé e os ensinamentos da Bíblia.

7. Este argumento reaparece nos países avançados, porém, após semanas de confinamento. Da mesma forma para aqueles que consideravam que a imunização em massa (60% da população) passaria pelo contágio, esquecendo a quantidade significativa de mortos que provocaria. Esta é a causa pela qual ela foi abandonada na Grã-Bretanha, nos Países Baixos e, parcialmente, de forma tímida por Trump, nos Estados Unidos.
8. Nos juntamos neste aspecto à Nora Lustig (27 abr. 2020), especialista em desigualdade na América Latina: “The poor are more susceptible to infection and high death rates. How can people wash their hands safely in slums? If you look at poverty in a more multidimensional sense, being alive is a big part of it” [Os pobres são mais suscetíveis a infecções e altas taxas de mortalidade. Como as pessoas podem lavar as mãos com segurança nas favelas? Se você olhar para a pobreza em um sentido mais multidimensional, estar vivo é uma grande parte disso]. No mesmo sentido ainda temos o trabalho de Hervé Théry (2020) que, graças à utilização de “anamorfoses” (mapas transformados segundo critérios estatísticos em termos de pobreza, peso da igreja etc.) conclui da seguinte forma: “Compreende-se bem como a pobreza constitui um elemento para o agravamento da crise, quanto mais esse fator é mais presente, tanto em relação à América Latina quanto em relação à América do Norte. No entanto, por que uma grande proporção de evangélicos seria um fator agravante do contágio? Porque uma boa parte deles nega a gravidade da epidemia, mantendo seus cultos e pensando que a proteção divina será suficiente para livrá-los da doença. Eles são incitados a isso pelo presidente da República, ele próprio evangélico e vítima de uma “espécie de complexo miraculoso”. Este não para de minimizar a pandemia e suas vítimas, dando a entender que “Deus reconhece os seus”.

1.2. Retorno ao Estado-Nação

Com a pandemia da COVID-19 assistimos a uma volta do Estado-Nação por três razões. A primeira é social. A crise tem um custo humano considerável que leva alguns estados latino-americanos a intervir maciçamente para aliviar seu custo. Este é o caso do Peru e da Argentina, de forma mais contraditória e mais frágil o caso do Brasil e, em menor escala, do México.

A pandemia clama por respostas contundentes em termos de tratamento de saúde pública, mas também de auxílio direto às pessoas mais desprovidas: aquelas do setor informal e que atualmente caíram na miséria e aquelas que estão ameaçadas de perder o emprego. Somente o Estado parece estar em condições de responder.⁹ A caridade está longe de fazê-lo, o acesso aos hospitais privados, custosos, pouco ou nada adiantam para grande parte da população latino-americana, como já vimos no item acima.

O segundo motivo é que esta pandemia é reveladora do fracasso da globalização tal como se reproduziu, impondo as regras do jogo por vinte anos. Ironia da história que a crise da globalização tenha chegado onde nenhum economista, sociólogo ou político tenha previsto. Nenhum. Mesmo que no presente alguns tentem fazer crer que a tinham previsto.¹⁰ Ninguém pensava que as novas formas assumidas pela globalização, a saber, a quebra internacional da cadeia de valor, poderia fragilizar a tal ponto as diferentes economias, tornando-as extremamente vulneráveis. Os teóricos do caos tinham mostrado que o bater de asas de uma borboleta poderia repercutir do outro lado do mundo, um alerta de que esta espada de Dâmocles poderia baixar a qualquer momento e provocar catástrofes. No entanto, esta tese, aplicada às finanças, não foi estendida para a globalização. Foi necessária uma pandemia para que, “com um empurrãozinho”, o sistema econômico atual afundasse a partir de efeitos que se retroalimentavam. A incapacidade de abastecer os segmentos da cadeia internacional de valor (com a China, primeira afetada pela pandemia, interrompendo a maior par-

9. Cf.: RACHMAN, 23 mar. 2020.

10. De fato, são inúmeras as críticas à globalização, sejam elas de direita, frequentemente extremista, sejam de esquerda. Algumas priorizam sua concepção de Estado, preconizando um retorno ao protecionismo que poderia se assemelhar a uma autarquia mais de esquerda e verde que, entre outras alternativas, preconizariam um altermundialismo. Isso de forma a refutar as fronteiras e procurando a cooperação do Estado para impor normas éticas (trabalho decente) e ambientais bem menos rigorosas.

te das atividades de sua indústria¹¹ e as consequências do confinamento da população, salvo daqueles trabalhadores do setor de saúde, alimentação e transportes) provoca a interrupção da produção em maior ou menor magnitude, um aumento do desemprego e, conseqüentemente, uma diminuição da demanda que conduz à depressão econômica em economias já enfraquecidas. Este “bater de asas de borboleta” revela principalmente que a desindustrialização, o correspondente desta globalização, é desastrosa em termos de soberania, principalmente e sobretudo na indústria farmacêutica – traduzindo-se num amontoado de mortes.

A terceira razão refere-se ao fracasso da globalização. Os efeitos deletérios da globalização requerem um retorno ao protecionismo, sem que se saiba exatamente se será o abandono total e ruptura internacional da cadeia de valor ou apenas parcial, em nome da soberania nacional. A questão a partir desse momento é definir o curso considerando os setores a serem protegidos e o processo produtivo a ser realocado. Percebe-se que esta última questão se refere tanto aos limites do mercado e sua lógica de lucro, quanto à nova definição entre o que é e o que não é o mercado. Conhecer os custos do não mercado sem cair em uma restrição absoluta. Isto é que está por trás da questão. Não se trata apenas das relações entre mercado e Estado, mas também da capacidade de o Estado impor regras coercitivas. Regras que o mercado se eximiu quando se internacionalizou. Refere-se também a um controle por parte do Estado e da participação popular, acompanhado pelo parlamento. Isto sem que o Estado seja um *deus ex machina*, neutro e frequentemente capaz de definir suas intervenções em função de uma lógica de fortalecimento de sua própria burocracia.

É provável que, uma vez passada a crise, seja difícil viver como se nada tivesse ocorrido, pelo menos na maioria dos países, à exceção da China, que tentará acelerar sua transformação em direção às altas tecnologias. A globalização já iniciava mudanças em sua intensidade e forma por conta da revolução tecnológica, a mesma que antes havia possibilitado que a globalização ganhasse amplitude em termos de abertura e realocação da indústria e serviços. O aumento do protecionismo justificado pelos custos sociais da globalização, a fragmentação dos territórios, a desindustrialização e a perda da soberania nacional em termos de produtos estratégicos ganham um apoio

11. Com algumas exceções, a fábrica de Wuhan de memórias e, em geral, aquelas que produzem circuitos integrados, continuam em atividade em pleno período de confinamento, mesmo que a demanda ocidental tenha diminuído.

dos Estados Unidos mais significativo do que outrora. O mesmo ocorreu na Europa, *implicando uma intervenção crescente dos estados* na economia a fim de suscitar e acompanhar as mutações industriais.

Que tipo de realocização?

As realocizações “competitivas”, atualmente possíveis graças à inteligência artificial, à robotização, à impressão em 3D e às formas mais flexíveis de trabalho em relação ao passado que, a partir das plataformas numéricas, “uberizam” os empregos. No entanto, nem todas são possíveis pois a produção de certos bens é mais cara com os robôs do que com a utilização de uma mão de obra barata e adaptável.¹² Atualmente, com a conscientização de que a globalização acarretou perdas significativas em termos de soberania no domínio da saúde e uma vulnerabilidade crescente das cadeias produtivas, é possível que as realocizações sejam cada vez mais significativas no futuro. O que constituía a força da China, isto é, ser a fábrica do mundo, pode se tornar sua fraqueza. Se as realocizações crescerem significativamente – sobretudo se beneficiar os países asiáticos – as exportações da China patinarão. Dado que no momento ela não dispõe de outras fontes de crescimento além das exportações e investimentos e que é incapaz de aumentar o consumo interno, então, o crescimento chinês continuará decaindo.

2. Populismos de outrora, os anos 2000

Os riscos de que a pandemia possa facilitar governos autoritários é real. Não apenas porque a tentação para os governos atuais de restringir as liberdades públicas em nome da luta contra a epidemia é grande (confinamento, definição de setores econômicos que devem interromper a produção, possível controle por “rastreamento” daqueles testados como positivos para o vírus, apelo à responsabilidade para que aqueles da oposição se calem, não expressem suas críticas ou a retardem, para não atrapalhar ou enfraquecer a eficácia das medidas). Contudo, uma vez superada a pandemia, ela também pode ser importante para prosseguir na trajetória de reconstrução da economia.¹³

12. Este é o caso de vestimentas. A parte do mercado mundial da China passou de 40% para 32%, destinadas a Bangladesh e Vietnã.

13. Inclusive na imprensa econômica, conservadora, que enfatiza o risco. Ver o *Financial Times* (THORNHILL, 24 mar. 2020).

Existem teorias do complô tal qual o caso de Agamben,¹⁴ que definem essa crise como uma tentativa de instrumentalizar a pandemia a fim de controlar ainda mais a população, e não se pretende ir nessa direção. O risco é grande de ver os contrapoderes se enfraquecerem. Na América Latina isto pode novamente assumir a forma de novos populismos. É o que iremos analisar em seguida.

2.1. Os anos 2000, uma pré-história?

A expressão “populista” suscita inúmeras confusões, a plasticidade é inerente a este conceito por conta de sua maleabilidade. Podemos compreendê-la de diversas formas. Na linguagem corrente, “populismo” significa frequentemente “demagógico”. Portanto, este qualificativo é utilizado para rejeitar, com desprezo, as políticas de redistribuição de renda, uma vez que não são sérias e conduzem à ruína econômica ao longo do tempo mesmo que partam das melhores intenções.¹⁵ De forma contrária, as políticas “corajosas” seriam aquelas que se preocupam principalmente em diminuir os custos do trabalho para enfrentar as restrições para enfrentar as restrições internacionais (DORNBUSCH; EDWARDS, 1992). Nesta mesma ordem de ideias, as políticas de redistribuição de riqueza corresponderiam a políticas clientelistas e obedeceriam às leis do mercado político, cujo único objetivo para os políticos seria o de se reelegerem (CARTIER BRESSON, 2008).

Os políticos concentrados na *redistribuição e no desenvolvimento de políticas sociais* frequentemente constituem o apanágio de governos progressistas, assim como aqueles políticos que procuram incluir, sem distinção, o conjunto de pessoas, sejam índios, negros, pobres ou não. Compreende-se assim que possam contar com o apoio das esquerdas. *Elas são a “marca de fábrica” do populismo progressista*. É esta procura por inclusão que os distingue do populismo regressivo. Os governos populistas pro-

14. Ver crítica dirigida a Agamben em entrevista ao *Le Monde* (RASTIER, 2020); sobre a pandemia, ver também: Sopa de Wuhan, de Agamben *et al.* (2020). Para uma apresentação mais aprofundada do Estado de exceção, ver: Agamben (2003).

15. Hirschman (1991). Segundo o autor, a recusa de qualquer mudança repousa em três pilares: o do “efeito perverso”, em que toda ação produz o efeito contrário ao desejado; o da “inanição”, em que desejar mudança não serve para nada; e, enfim, aquele pilar em que se colocar em perigo pode ser desejável, mas acarreta custos significativos, até mesmo inaceitáveis.

gressistas procuram assumir o papel de vítimas quando se veem diante de dificuldades, designando como bode expiatório o estrangeiro, o judeu ou o muçulmano, até mesmo o pobre que se torna exigente, arrogante. O vetor comum dos populismos progressistas é, ao contrário, a solidariedade entre os cidadãos, qualquer que seja a etnia, a religião e a nacionalidade.

Todos os governos populistas, progressistas ou não, são semelhantes entre si. No entanto, apresentam características comuns. A referência à nação e o apelo ao nacionalismo, com seu corolário de denúncia da política dos Estados Unidos, não são iguais em Lula, Chávez ou Maduro, e Kirchner e Lopez Obrador atualmente. Para este último a balança entre oposição e continuidade da política editada pelo presidente norte-americano pende cada vez mais em direção a uma política continuísta. No entanto, restrita à capacidade de retaliação dos Estados Unidos, isto em termos de controle dos movimentos migratórios centro-americanos, que, desde a negociação do novo tratado, unem os três países da América do Norte no plano comercial. O aspecto continuidade ganha grande importância em relação ao nacionalismo.

No entanto, existem pontos em comum. Mencionemos uma redistribuição de rendas em prol das classes mais pobres e vulneráveis, uma iniciativa mais ou menos sustentável em setores-chave para a coesão social, tais como a educação e a saúde, não fosse a insuficiência em relação às necessidades. Além disso, há uma relativa indiferença em relação à desindustrialização em curso, ao aumento da corrupção, a uma incapacidade para alcançar as novas tecnologias, ao aumento da economia rentista diante da reprimarização crescente e sua lógica: dependência crescente *vis-à-vis* a cotação das matérias-primas submetidas aos acontecimentos da conjuntura nos países asiáticos e ao enriquecimento (corrupção) por meio da inserção no circuito rentista mais do que na esfera do trabalho e sua exploração. O que os distingue em relação às esquerdas é, em diferentes graus, o fato de que tendem a substituir a análise em termos de classe por aquela em termos de povo.¹⁶

A redistribuição de renda e as políticas sociais crescentes não constituem apanágio exclusivo de governos populistas progressistas. Elas também caracterizam os go-

16. Ver o excelente artigo "Ernesto Laclau e a 'razão populista'" (GADEA, 7 out. 2017), em que há um conjunto de estudos originais a esse respeito.

vernos de esquerda. Além de serem eticamente justas e necessárias, dada a amplitude das desigualdades na América Latina, tais políticas não são demagógicas se forem acompanhadas por um esforço em direção à produção. Se este não for o caso, surge uma lógica “infernai” que, ao longo do tempo, levará ao fracasso econômico, social e político-institucional. Ao considerar o Estado como um “Estado mágico” (CORONIL, 2002; LANDER, 2018), o populismo progressista pode acolher formas ditatoriais de poder, como é caso da Venezuela. A coexistência com micropoderes ligados à máfia, que se nutrem com os espaços liberados pela incapacidade do Estado em controlar inteiramente seu território (o Estado adquirindo porosidade)¹⁷ e espalham discriminação, corrupção e violência.¹⁸

Nos quinze primeiros anos dos anos 2000, diversas formas de populismo progressista predominam na América.¹⁹ Os governos progressistas não conferem o mesmo peso às políticas sociais e à redistribuição (luta contra a pobreza, educação, saúde universal, proteção aos assalariados e aumento do salário mínimo), e também vimos que os investimentos em saúde em relação ao PIB são particularmente baixos na Venezuela.

As políticas sociais e de redistribuição de renda são um fator essencial do populismo progressista. Porém, a definição de populismo não se limita a estas importantes características. O populismo (progressista) refere-se às formas de poder e à maneira *bonapartista* de exercê-lo. Não apenas o líder se identifica com o povo, mas por vezes se opõe às elites ligadas aos interesses estrangeiros (Venezuela e Argentina).

17. Trocadilho de palavras entre Estado poroso (*poreux*) e Estado poderoso (*puissant*) que utilizamos em Mathias e Salama (1983).

18. Em se tratando da Venezuela, ver La Cruz (2018) e Mantovani (2018). É interessante observar aqui a cegueira (Saint Upery utiliza o termo negacionismo) de certos grupos políticos de esquerda na América Latina a respeito da natureza do regime venezuelano, considerando-o revolucionário, uma vez que se opõe aos Estados Unidos. O que tampouco pode deixar de lado o apoio do regime estalinista da URRS no passado. Para uma crítica desses grupos ver Saint Upery (2019) e, em francês, consultar sua página *Mediapart* na internet.

19. Ver o interessante livro de Svampa (2016).

Identificação com o povo e religiosidade

"Ya no soy Chávez, Chávez eres tu... ya no me pertenezco... Chávez se ha hecho pueblo".²⁰ Essas expressões são reveladoras da relação do presidente com o povo, com este último sendo chamado para se identificar com ele. Ver em Cadenas (2018, p. 29) "a Venezuela é um navio à deriva", para que essa inversão seja eficaz em termos de legitimidade também é necessário que o líder seja carismático, como Chávez era na Venezuela e Maduro não era. Também é necessário que o discurso entre em harmonia com a frustração acumulada por todos que foram excluídos e viram as elites enriquecerem ao mesmo tempo que eles empobreciam. Como foi o caso antes da crise da dívida, dívida cuja magnitude se explica essencialmente pela fuga de capitais no caso brasileiro por ocasião da ditadura e, em seguida, o ajuste dos anos 1980.

Quando se acrescenta a dimensão religiosa, o candidato à Presidência, uma vez eleito, pode se apresentar como um candidato de Deus no mais puro estilo evangélico, prometendo moralizar a vida pública e lutar contra a corrupção, exercer o poder que lhe é conferido pelo Estado, baseando-se na sabedoria contida nos livros sagrados para enfrentar esse mal. É isto que podemos observar com Lopez Obrador (dito AMLO)²¹ no México – onde o Estado é laico ... –, multiplicando as referências ao campo onde existe ainda uma forma de vida sã, plena de valores morais e espirituais. Embora a AMLO possa ser classificada como um movimento populista progressista, dado que advoga por uma política redistributiva a favor dos pobres, tal referência ao "campo" não deixa de ser uma alusão à terra tal como nos discursos fascistas na Europa nos anos 1930-1940. "Produziremos no campo o que vamos consumir. Esta é minha estratégia econômica. Iremos ajudar os pobres, os humildes, os pequenos, os mais vulneráveis, para que todos possamos ficar tranquilos entre nós mesmos, que possamos ir ao templo e às igrejas sem violar os mandamentos... se não formos honestos violaremos os mandamentos, É um pecado social."

Este é o caso do Brasil, onde o presidente de extrema direita, após ter sido benzido em Israel nas águas do Jordão pelos evangélicos, não hesitou em declarar "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". Voltaremos a esse ponto quando discutirmos a influência dos evangélicos no Brasil sobre a política social e cultural de Bolsonaro.²²

20. Não sou Chávez, você é ... eu não me pertenço ... Chávez se fez povo.

21. Cf.: Raul Olmes (2020). Podemos encontrar uma antologia e citações de AMLO referindo-se à Bíblia, suas estreitas relações com as igrejas evangélicas. Ver também Barranco Villafan e Blancarte (2019, p. 24 e 116).

22. NT: Em razão da fidedignidade ao texto original, optou-se por manter a tradução do termo evangélico em sua forma genérica, apesar da multiplicidade de igrejas/correntes no Brasil.

2.2 Populismos progressista e de extrema direita, suas características

O populismo progressista dos anos 2000 é muito diferente do populismo de extrema direita, mesmo que apresente traços em comum.

O que aproxima e distingue o populismo progressista e o da extrema direita? A defesa da nação? A oposição do povo às elites?²³ O poder carismático do líder?

Em geral, a referência à Nação está muito mais presente no populismo de extrema direita do que nos populismos de esquerda, salvo quando estes últimos assumem formas caricaturais e sistematicamente as teses do “campismo”,²⁴ ou ainda aquelas referenciadas pela ideia de complô, beirando o ridículo. O exemplo mais surpreendente foi quando o presidente Maduro da Venezuela acusou os Estados Unidos de terem provocado uma desvalorização da cotação do petróleo com o objetivo de precipitar uma crise e, dessa forma, produzir uma tentativa de golpe de Estado a partir da economia²⁵... Nos países avançados, a extrema direita milita a favor da “preferência nacional”, insistindo na ideia de nacionalidade. A procura da Nação idealizada conduz a recolocar em questão a construção europeia e as decisões tomadas em Bruxelas, que amputavam a soberania nacional. Essa mesma procura leva os Estados Unidos à rejeição do multilateralismo, à imposição de acordos bilaterais, favorecendo exclusivamente os interesses norte-americanos e a prática do protecionismo mercantilista, justificada pelos slogans “*America first*” e “*Make America great again*”. Esta procura da Nação encontra certo eco junto àqueles que mais sofreram com a globalização.

Na América latina, a oposição entre o povo e as elites continua ausente. A insistência em relação ao povo – sem que saibamos exatamente de que povo estamos falando – não implica necessariamente a rejeição das elites. Por exemplo, podemos assinalar que se Lula foi a mãe dos pobres, também foi o pai dos ricos.

23. Sabemos que esta oposição foi teorizada por Laclau e Mouffle (2009), com seu corolário: construir um povo de esquerda, sem esquecer a distinção feita pelos marxistas entre classe em si e classe por si... pelo menos em termos de seu processo.

24. Teses discutidas nos movimentos antiestalinistas dos anos 1950 nas quais cada um têm que escolher seu lado (“camp”, em francês): apoio aos governos ditos anti-imperialistas – o que quer que façam – precisamente em nome da oposição aos imperialismos dominantes. Esta é uma visão binária e, portanto, simplista da história.

25. Rejeitar a conspiração não significa ignorar o fato de que existam complôs. Significa rejeitar uma visão da história que interpreta os fatos contrários sistematicamente como complôs criados pelas potências estrangeiras.

No entanto, essa oposição ressurge com uma intensidade variável, principalmente às vésperas das eleições,²⁶ sobretudo quando as dificuldades econômicas se tornam cada vez mais agudas e quando a fuga de capitais ganha amplitude. Contudo, a referência ao povo não é historicamente uma característica exclusiva do populismo. Ela caracteriza também o bonapartismo, em que o presidente, acima das instituições (Parlamento, Congresso), se dirige diretamente ao povo, e as instituições não constituem a corrente de transmissão de suas decisões. O apelo do presidente Bolsonaro manifestando-se contra o Congresso é um exemplo caricato.

Líder carismático? O papel do líder é importante, confere um sentido à política escolhida, em geral, graças a suas qualidades carismáticas e ao fato de que ele se dirige diretamente ao povo. Quando essa capacidade é fraca ou ausente, estamos na presença de um populismo vazio, como foi o caso de Dilma Rousseff que sucedeu Lula na Presidência do Brasil e em condições econômicas menos favoráveis, o mesmo ocorreu com Maduro na Venezuela.

À parte as referências dirigidas ao povo, ou mesmo à Nação, os dois populismos são bem diferentes. *O populismo progressista é a favor de uma redistribuição de rendas em prol dos mais pobres.* Por conta disto, suas opções igualitaristas suscitam, mais cedo ou mais tarde, uma forte oposição por parte das categorias de alta renda, mas também de uma parte da classe média que, uma vez frustrada por não ter os empregos e os serviços que pensava ter direito²⁷, procuram um bode expiatório e o encontram no

26. A campanha eleitoral de Dilma Rousseff para seu segundo mandato é quase um caso exemplar: denunciava o “neoliberalismo”, conduzindo uma campanha virulenta contra as políticas neoliberais. Uma vez eleita, tentou nomear o presidente do Bradesco para um posto muito importante no governo. Uma vez que este declinou do convite, ela o nomeou ministro da Economia... para grande desespero de uma parte daqueles que votaram nela.

27. A decepção real dos jovens oriundos das classes médias, até mesmo a desfiliação, aumentou bastante. Os dados são eloquentes: 38% dos assalariados que fizeram o ensino superior completo ocupam empregos menos qualificados do que aqueles que pretendiam, essa percentagem atinge 44 % para a faixa entre 24 e 35 anos. Esses percentuais eram inferiores em 2012: 33,4% e 38,4% respectivamente (O VALOR, 13 dez. 2018, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Pnad). Essa evolução se explica por dois fatores: o divórcio crescente entre a oferta e a demanda de trabalho, e o fato de que a oferta de emprego por parte das empresas não requer essa qualificação, sobretudo em razão da desindustrialização do país, dada a crise econômica que se desenvolveu no Brasil a partir de 2015. Grande parte das classes médias sentiu-se frustrada. A melhoria do nível de vida das classes médias baixas ou médias alimentava, nos anos 2000, um certo otimismo sobre a trajetória de vida. Isto os levava a ser “tolerantes” em relação ao aumento maior da renda das classes médias superiores e dos ricos. É o que Hirschman denominou efeito “túnel” (HIRSCHMAN; ROTHSCHILD, 1973). Este não é mais o caso do Brasil e diversos outros países. A tolerância tornou-se intolerância. Esse é o efeito túnel analisado por Hirschman e Rothschild.

partido que está no poder. Vimos no Brasil o golpe de Estado depondo Dilma Rousseff após um ano de mandato.

A política de renda redistributiva não corresponde ao *populismo de direita*. Esse é mais identificado e tem como inimigos interiores as minorias; sejam elas os negros, os índios, os homossexuais e os comunistas. Este é claramente o caso do presidente brasileiro, Bolsonaro. As minorias encontram-se frente vingança popular.

Há “pontes” que por vezes existem entre os populismos progressistas e os populismos de extrema direita na América Latina. A referência aos valores familiares conservadores, ou mesmo ultraconservadores, comum à Bíblia e que por vezes encontramos nos populismos progressistas e nos populismos de extrema direita da América Latina (por um lado, Chávez, Lopez Obrador, por outro lado, Bolsonaro) constitui uma “ponte” entre essas duas vertentes do populismo. Lopez Obrador no México – como já vimos – uniu-se fortemente às igrejas evangélicas. Suas referências constantes à Bíblia e a Juárez (fundador do Estado laico com as leis da Reforma em 1859), rejeitadas pelos católicos mas adotadas pelos evangélicos, explicam em parte a pouca atenção dada à defesa de certas minorias, tal como as atitudes contra o feminicídio e as que defendem os valores familiares conservadores.

Sem ir até a referência explícita à Bíblia, a “ponte” existe às vezes na análise das alianças com as igrejas evangélicas, cujas temáticas estão próximas daquelas próximas à extrema direita, sobretudo no que diz respeito ao apoio dos evangelistas e no que diz respeito ao aborto. No Brasil, Lula procurou apoio dos evangélicos. A presidente C. Kirchner na Argentina optou por reconhecer o casamento entre homossexuais, porém, rejeitou o aborto.²⁸

No entanto, há uma clara oposição entre os dois tipos de populismo em termos da forma como se rejeitam as minorias. Ora elas não existem no populismo progressista, ora aparecem no discurso enquanto algo social. São os ricos que se prestam a bode expiatório. No populismo de extrema direita, as minorias ora são fenômenos sociais (aqueles que lutam em prol do casamento homossexual, pelo direito ao aborto, contra o feminicídio), ora são raciais (os negros, os mulatos e os índios), ou ainda religiosos (os muçulmanos na Europa e na Índia).

28. Cf.: Edipo (2019) e Seman e Viotti (2019).

Como frisa Zacharie, nos países avançados, em termos de populismo de extrema direita, o povo é oposto às “elites”, representadas no passado pela alta finança denunciada como a finança judia. Atualmente, às elites se juntam cada vez mais aos imigrantes suspeitos de trabalhar em prol da “grande substituição”, destruindo dessa forma, no pior dos casos, a identidade nacional, branca e cristã, e, embora contraditório, no melhor dos casos, vivendo às expensas dos cidadãos nacionais.

Desse modo, ocorre um deslocamento na oposição povo-elite, com a elite tornando-se de fato a minoria. A oposição é entre o povo e as minorias fundamentalmente parasitárias, seja porque as primeiras – os índios – se apropriam das terras que poderiam assegurar um crescimento maior, seja porque eles – os negros – vivem com diferentes auxílios e, desse modo, preferem o ócio ao trabalho. Ou, enfim, porque procuram impor novas regras supostamente contrárias aos códigos do valor religioso – os homossexuais, por exemplo – destruindo o consenso nacional.

O populismo de esquerda nos países avançados, ao não desenvolverem a questão identitária (ou desenvolvendo-a insuficientemente), algumas vezes pleiteiam o multiculturalismo, apostando em mais protecionismo e menos neoliberalismo – que se tornou o bode expiatório, substituindo os imigrantes – parando, assim, no meio do caminho. Comparado à onda do populismo de direita, isso representa, de alguma forma, uma soberania inconsequente. Explica também que, mesmo que os dois populismos possam ter uma semelhança com o discurso em termos de defesa dos pobres nos países desenvolvidos, o fato é que o populismo de esquerda não configura uma temática de soberania – identitária e anti-imigração – fazendo com que percam eleitoralmente os votos que esperavam, beneficiando assim o populismo de direita. Os dois populismos não têm a mesma eficácia no que diz respeito às votações, como já foi indicado anteriormente.

É aí que está a força do populismo de extrema direita e o risco de que a crise na América Latina facilite a ascensão da extrema direita, como é o caso de Bolsonaro no Brasil (AUBRÉE, 2019). Claro que a história não se repete exatamente da mesma forma, com esta crise atingindo amplitude e formas distintas, porém, as raízes da prática de exclusão estão presentes.

3. As igrejas evangélicas, o ultraconservadorismo reforçado pela pandemia

À diferença de inúmeros países, a América Latina não conta, ou conta pouco, com movimentos autenticamente facistas ou fascizantes, mesmo que os líderes adotem temáticas fascistas,²⁹ principalmente contra as minorias e a desconfiança *vis-à-vis* as instituições. Portanto, é legítimo nos interrogarmos sobre a pertinência de nossa escolha em analisar os movimentos evangélicos. As igrejas evangélicas disputam uma clientela popular relativamente pouco educada. Ela está próxima dos movimentos facistas, com apelos e valores imutáveis, como a família e a identidade. Nela há também rejeição das minorias que, se não são os mesmos segmentos que se observa nos países avançados, também são reprovadas por tais instituições religiosas. O exemplo extremo é o das igrejas pentecostais no México – Estado laico – que, preconizando a laicidade para se desenvolver,³⁰ lembra as práticas políticas do *Rassemblement National* na França (nova denominação do partido fundado por Le Pen). Neste caso, procura-se em nome desta laicidade influenciar os imigrantes muçulmanos, diminuindo sua influência sobre os adeptos da oração nas ruas, dada a falta de mesquitas em quantidade suficiente.

3.1. O populismo visto de baixo, a influência crescente do discurso das igrejas evangélicas

Jean Birnbaum lembra que, para Marx, a religião não é apenas o ópio do povo. Tal como proferida, esta citação frequentemente reduz seu conteúdo, não permitindo a compreensão do que representa a força da religião. Não se suprime esta força tão facilmente, proibindo-a, por exemplo, como foi o caso nos países socialistas. “Expulsa pela porta, ela entrou pela janela” com força, a partir do fim da experiência socialis-

29. As referências ao fascismo eram numerosas sobre Perón na Argentina e Vargas no Brasil, porém, insuficientes para qualificar o peronismo, o varguismo, até mesmo o cardenismo no México como movimentos fascistas.

30. Como salienta Delgado-Molina (2019, p. 94): “as igrejas evangélicas tiveram um papel na defesa do regime laico e do Estado mexicano enquanto estratégia para garantir a liberdade religiosa e defender os direitos de seus seguidores”.

ta. De fato, esta frase apela a uma metáfora que se tornou célebre (o ópio), mas era precedida por outra frase mais profunda, “a aflição religiosa é ao mesmo tempo a expressão da verdadeira aflição e o protesto contra esta verdadeira aflição. A religião é o suspiro do ser oprimido, o coração de um mundo sem coração, tal como é o espírito de um mundo sem espírito” (BIRNBAUM, 2016, p. 120 e 138). Desse modo, assistimos a um retorno religioso e, particularmente, em suas formas mais radicais, até mesmo fundamentalistas, como se pode observar na América Latina, com o peso crescente dos evangélicos.

Quem são os evangélicos? Quais são as categorias sociais que mais lhes representam? Qual é o nível de sua educação? Quais são os valores que mais compartilham? Seriam sensíveis ao discurso de retomada do trabalho qualquer que seja a evolução da pandemia? Poderiam constituir um vetor importante para o surgimento de novas formas de populismo “intolerante”, até mesmo de extrema direita?

Estas são as questões que tentaremos responder. As análises sobre os evangélicos são inúmeras, mais particularmente aquelas que investigam seus valores e as relações que têm com os poderes. São relativamente escassas, contudo, a respeito das origens sociais dos evangélicos. Utilizaremos a pesquisa realizada por Flexor (2020) a respeito do conjunto das igrejas na periferia do Rio de Janeiro no Brasil. Ela é particularmente rica em informações baseadas nos comportamentos estruturais de diferentes igrejas. Para enriquecer a análise e imaginar evoluções possíveis, faremos comparações com a ascensão do “lepenismo” na França. De fato, “comparação não significa razão”, ambos os países são distintos dada a história, a situação econômica e a formação social de cada um. No entanto, a comparação abre perspectivas. Elas podem possibilitar uma melhor avaliação de como o crescimento do pentecostalismo no Brasil, mais especificamente hoje em dia diante da crise econômica, social e política agravada pela epidemia, poderá ou não reforçar o populismo de extrema direita com Bolsonaro ou sem ele.

3.1.1 A presença cada vez maior dos evangélicos

Segundo as pesquisas realizadas pelo Pew Research Center, observa-se uma diminuição do catolicismo no conjunto dos países da América Latina, mais ou menos significativa segundo o país.

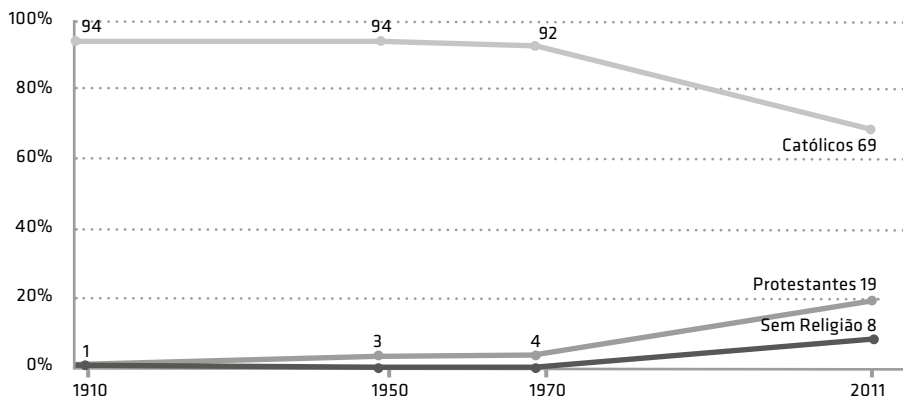
Tabela 1 | Diminuição da adesão à religião católica

	1970	2014	Diferença em pontos
Argentina	91	71	-20
Brasil	92	61	- 31
Chile	76	64	-12
Colômbia	95	79	-16
México	96	81	-15
Peru	95	76	-19

Fonte: *Pew Research Center*. Disponível em: https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/7/2014/11/PR_14.11.13_latina-america-overview-19.png. Acesso em: 09 dez. 2020.

A diminuição da adesão ao catolicismo é relativamente alta nos últimos 35 anos. Ela ocorre em proveito dos evangélicos, principalmente na América Central (42% da população da Guatemala declarou-se evangélica em 2014; 41% em Honduras; 36% na Nicarágua; 35% em El Salvador). No Brasil este percentual foi de 22,4%; no Peru, 17%; no Chile, 16,6%; na Bolívia, 21%; e no Uruguai, 15%. O aumento exponencial dos evangélicos é menor na Argentina (9%) e no México (6,3%) (CALDERON CASTILLO, 2017). O peso daqueles “sem religião”³¹ também é crescente, porém, em menor escala. Em média, a influência dos evangélicos aumentou 15% e a parcela daqueles sem religião cresceu 7% entre 1970 e 2014.

Gráfico 3 | Diminuição do número de católicos e aumento do número de protestantes e sem religião na América Latina.



Fonte: *Pew Research Center*. Disponível em: https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/7/2014/11/PR_14.11.13_latina-america-overview-18.png. Acesso em: 09 dez. 2020.

31. Ao contrário do que se poderia pensar, não se trata ou pouco se trata de ateus. Trata-se mais dos adeptos do espiritismo (kardecismo). Ver Aubrée e Laplantine (1992).

No Brasil, o número de católicos decresceu entre 1960 e 2010 na ordem aproximada de 29%, enquanto o número de evangélicos, englobando todas as correntes, quintuplicou. De fato, o peso dos católicos permanece ainda muito significativo, porém, a diferença entre católicos e evangélicos diminuiu bastante, passando de 88,8 pontos para 42,3 pontos. Os sem religião, embora claramente minoritários, apresentam um crescimento significativo.

Tabela 2 | Evolução de grupos religiosos em % da população brasileira (1960-2010)

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Católicos	93,1	91,8	89,0	83,3	73,7	64,6
Evangélicos	4,3	5,2	6,6	9,0	15,4	22,3
Sem religião	0,2	0,8	1,6	4,7	7,4	8,0
Outros	2,4	2,3	2,5	2,9	3,5	5,1

Fonte: Flexor (2020), a partir de dados do IBGE (censo demográfico de 2010).

O crescimento das igrejas evangélicas tem diversas causas. A primeira decorre da urbanização muito rápida que o Brasil conheceu (o mesmo ocorreu nos países latino-americanos em geral) a partir dos anos 1960. Atualmente, o Brasil apresenta uma taxa de urbanização superior àquela observada em muitos países avançados. As favelas emergiram primeiro em torno das grandes cidades, posteriormente, nas cidades ditas de médio porte. Elas estão mais ou menos consolidadas, são mais ou menos miseráveis, mais ou menos importantes em termos de população, e estão mais ou menos sob o controle de grupos criminosos.

Os camponeses migram em direção a locais específicos ao fugir da miséria do campo. Sensíveis aos atrativos da cidade, vão para onde estão aqueles que já migraram de sua cidade ou região. Isto porque acham que lá encontrarão certa solidariedade, aquela de seu local de origem, dispondo de uma primeira ajuda para se abrigar e achar um emprego. Rapidamente se encontram confrontados a novas regras de jogo, àquelas de uma sociedade monetizada, de uma cidade profundamente diferente de seus costumes no campo. A solidariedade esperada se esfumaça. Pouco educados, até mesmo analfabetos, muitos deles aceitam quaisquer empregos oferecidos, frequentemente informais e de baixa remuneração. À miséria do campo sucede-se àquela das cidades, o milagre desejado com esta viagem sem retorno aparece na forma de uma

miragem. Decepcionados, não encontram o apoio esperado nas igrejas católicas e delas se distanciam. Influenciados pela militância terrena dos evangélicos, a partir das emissões de rádio e de seus canais de televisão, o apelo incessante de adesão aos valores da família e sua própria responsabilidade quanto à origem das dificuldades fazem com que procurem suplantar seus problemas lendo a Bíblia. Leitura por meio da qual pensam poder curar-se pela fé e juntando certas crenças ligadas ao sincretismo religioso. Diante do sucesso dos evangélicos, as igrejas católicas copiam certas práticas religiosas como, por exemplo, cantar de forma não usual. Isto, conforme Flexor e Aubrée alertam, talvez um pouco em vão, dado que a preferência pelo original é mais forte do que pela cópia. Enfim, o sucesso dos evangélicos (pentecostais ou neopentecostais) explica-se também pela sua oposição à “teologia da libertação”, movimento católico radical dos anos 1960-1980, e ao comunismo ateu. Sob a bandeira da “teologia da prosperidade”, boa parte dos líderes evangélicos institucionalizaram-se ao concorrer às eleições.

3.1.2. Quem são eles?

A partir de uma pesquisa realizada na periferia do Rio de Janeiro, Flexor analisa diferentes movimentos religiosos, a importância de cada um e suas origens. A periferia do Rio de Janeiro é, em média, mais pobre que a cidade. Nela, a proporção dos evangélicos é muito mais alta.

Tabela 3 | Perfil religioso de uma amostragem

Perfil Religioso	N.º Respostas	Percentual (%)
Católico	273	28
Evangélico	424	43
Kardecista	31	3
Múltiplas religiões	44	4
Sem religião	170	17
Abstenção	50	5
Total	992	100

Fonte: Flexor (2020).

Na Tabela 3, assim como nos seguintes, a categorização é mais apurada depois que se distinguem subconjuntos antes reagrupados entre os “sem religião”.

A distribuição dos adeptos das diferentes igrejas segundo a cor da pele (mulato, branco, negro) é interessante. A percentagem de mulatos é mais ou menos a mesma nas igrejas católicas e evangélicas, percentagem maior do que a observada em outras igrejas. Já o percentual de brancos é bem menor nas igrejas evangélicas do que nas católicas. O contrário também é observado, com a quantidade de negros sendo o dobro da observada no credo católico. De forma contrária, a participação dos brancos entre os adeptos do kardecismo, os sem religião e os adeptos de diferentes práticas é maior do que o percentual encontrado para as duas principais igrejas (salvo para os sem religião, que aparecem com menor participação em relação aos católicos).

Tabela 4 | Distribuição de cor/raça segundo religião (%)³²

Perfil Religioso	Pretos e mulatos	Branco	Negros	Outros
Católico	41,03	39,93	15,75	3,30
Evangélico	41,98	24,06	30,90	3,07
Kardecista	29,03	41,94	29,03	0,00
Múltiplas religiões	27,27	45,45	27,27	0,00
Sem religião	36,47	35,29	26,47	1,76

Fonte: Flexor (2020).

Trata-se de indicadores indiretos do diferencial de rendas. Sabe-se que os negros em geral são mais pobres que os brancos e que, inversamente, a percentagem de ricos é maior entre os brancos do que entre os negros. Isso é explicado pelo passado colonial, o racismo e os distintos níveis de educação.

Não dispomos de estatísticas sobre o nível de renda médio e a dispersão dessas rendas segundo as diferentes “raças” e igrejas. A tabela 5 mostra os níveis de educação nas principais igrejas, confirmando que os evangélicos são mais pobres que os católicos. O percentual dos evangélicos que não completaram o segundo grau é maior entre os evangélicos (33,01%) do que entre os católicos (31,14%). Em contrapartida, aqueles que terminaram o segundo grau são mais representativos entre os católicos (45,59%)

32. NT: Optou-se em manter a classificação conforme o original, embora o IBGE considere para cor ou raça, as seguintes categorias: brancos, pardos, pretos, amarelos e indígenas.

em comparação com aqueles que se encontram entre os evangélicos (38,21%). No entanto, os que completaram o nível técnico são relativamente mais representativos entre os evangélicos em comparação com os católicos.

Tabela 5 | Distribuição do nível de estudo segundo a classificação católicos-evangélicos.

	Católicos	Evangélicos
Analfabetos(A)	1,83	0,71
Ensino Fundamental (1o ao 5o ano) (P)	2,20	1,65
Ensino médio (6o ao 9o ano) Incompleto (CI)	5,86	11,08
Ensino médio (6o ao 9o ano) completo (C)	11,36	10,14
Liceu/Ensino médio (1o ao 3o ano) incompleto (L)	9,89	9,43
Liceu/ Ensino médio (1o ao 3o ano) completo (L)	43,59	38,21
Liceu Técnico (LT)	4,03	6,60
Universidade (incompleto, completo)	[s.d.]	[s.d.]

Fonte: Flexor (2020).

A partir desses dados enquanto variáveis *proxy*, podemos deduzir que não apenas a renda média dos evangélicos é menor do que a dos católicos, mas que a distribuição é distinta. A distribuição da renda dos católicos é maior do que a observada para os evangélicos, isto é, o percentual das classes médias e ricas é mais significativo para os católicos do que para os evangélicos. Contudo, a relação entre o nível de estudo e as rendas recebidas não é linear. Aqueles que terminaram o segundo grau, ou mesmo ingressaram na universidade, não têm o mesmo nível de renda. Esta geralmente se diferencia à medida que ingressam no sistema público ou no privado. A remuneração é menor no sistema público do que no privado. Inversamente, aqueles que têm pouco estudo por vezes ganham mais no setor público do que no setor privado. Em contrapartida, os professores do ensino superior mexicano ganham menos que seus correspondentes no Brasil. Em geral, no Brasil, o homem branco ganha no setor privado mais do que a mulher branca. Esta ganha mais do que o homem negro ou mulato, que por sua vez ganham mais do que a mulher negra ou mulata. As diferenças de renda diminuem de acordo com o nível de qualificação (SABOIA; SABOIA, 2019). Desse modo, a relação entre o nível de estudo e a remuneração não é linear, fornecendo informações preciosas.

Mesmo nível de educação, rendas distintas, diferentes comportamentos. Baixo nível de educação, clientelismo de extrema direita na França

A análise dos diferentes eleitores na última eleição presidencial na França (2017) é rica em ensinamentos, inclusive para o Brasil. O eleitorado de Le Pen, movimento de extrema direita, é de longe o menos instruído. Os eleitores de Hamon (Partido Socialista - PS) e os de Macron (La République en Marche - LREM) tiveram períodos de estudos mais longos e, como vimos, a relação entre nível de estudo e de renda não é linear. Se o trabalho é no setor público ou privado, considerando-se um tempo de estudo equivalente, a renda dos primeiros é inferior à renda dos do setor privado. No setor privado, a especialização pesa bastante, os diplomas em ciências humanas dão acesso a carreiras geralmente de menor remuneração, comparadas àquelas ligadas a diplomas científicos. Ademais, em termos gerais, no setor privado as mulheres têm uma remuneração menor do que a dos homens. Portanto, a relação entre o nível de instrução e a renda é mais complexa do que parece à primeira vista. O eleitorado de Macron e o de Fillon (Republicanos - direita liberal) dispõem de renda mais alta, embora o nível de instrução seja menor para os macronistas. Em contrapartida, o nível de renda média dos eleitores de Hamon (PS) e Mélenchon (La France Insoumise - LFI ou A França rebelde) é pequeno comparado ao dos eleitores de Le Pen, embora o nível de instrução destes últimos seja mais baixo. O nível próximo àquele do eleitorado de Fillon corresponde a menores rendas. Decorre desse aspecto um sentimento de injustiça e uma vontade de corrigir as desigualdades não justificáveis quanto a uma política de redistribuição de renda. E, como já frisamos, é isto que distingue o populismo progressista, a esquerda e o populismo de direita. Cf.: Algan *et al* (2019, p. 42-43).

Além de todas essas restrições, há fortes probabilidades de que a relação pouca instrução – pobreza seja relativamente alta e que, portanto, os evangélicos sejam mais pobres que os católicos. Isto não significa que, no futuro, se possa constituir uma frente obscurantista de extrema direita. O voto deles não obedece cegamente às preferências de seus líderes religiosos. Contudo, observa-se que os votos pró-Bolsonaro foram bem acima da média nacional. Com o engajamento dos evangélicos sendo cada vez mais significativo, é possível que suas tendências em relação às opções políticas “não liberais” sejam mais marcantes por conta das consequências sociais da crise e do ressentimento causado pela sensação de que o governo não possa resolvê-las. Observa-se que Bolsonaro perdeu, em abril de 2020, popularidade junto às classes médias que votaram nele. Contudo, conservou sua base no segmento da população mais pobre, em grande parte composta por evangélicos, e que o apoia mesmo quando radicaliza e confronta o Congresso e os governadores em suas decisões para proteção da população e enfrentamento da pandemia e contra o corpo médico.

No entanto, este caminho é inevitável.³³ Primeiro, porque a religião por vezes conserva certa violência, salvo em suas modalidades mais fundamentalistas. Em seguida, porque tudo depende das respostas a serem dadas ao discurso presidencial contra o confinamento e pela retomada do trabalho. Posição esta bastante popular junto à população mais pobre. Finalmente, porque a educação pode ser uma saída por cima,³⁴ se ela chegar a se tornar uma escola da República, incluindo as crianças, quaisquer que sejam suas origens.

Isto pode ser observado principalmente nas acentuadas taxas de participação nas universidades sem viés religioso e nas múltiplas religiões, como registrado por Flexor (2020). Sabe-se que é pelo fato de que a educação tem um potencial de liberdade que os grupos fundamentalistas limitam, em boa parte do mundo, o acesso à educação das jovens mulheres. Essa via é real e para avaliar as probabilidades de ser adotada é preciso analisar o comportamento dos evangélicos e seus fundamentos.

3.2. Qual é o comportamento dos evangélicos e qual é sua filosofia política? Isto é, quais são suas posições em relação à ordem, ao aborto, ao casamento entre homossexuais, a ajuda aos pobres? Em suma, eles são conservadores?

Um paralelo entre a extrema direita francesa³⁵ e os evangélicos é profícuo. Origem social semelhante e nível de estudo bem incipiente; desconfiança *vis-à-vis* ao Estado e à política; desconfiança do outro; ódio às minorias, sejam elas imigrantes nos países avançados, ou, nos países menos avançados, índios, negros e oriundos de movimentos homossexuais nos países menos avançados. Uma parcela desproporcional dos im-

33. Mélenchon (líder de La France Insoumise - LFI) utilizou um vocábulo preciso – “Fâchés pas fachos” (Chateados/Irritados mas não fascistas) – referindo-se ao eleitorado potencial de Le Pen que, como acabamos de ver, tem características comuns com os seguidores das igrejas evangélicas. No entanto, também é verdade que dirigir-se a eles com o objetivo de atraí-los pode ser perigoso quando se considera que as definições esquerda-direita são obsoletas e que convém federalizar o povo sem se referir à “esquerda”. Também não é surpresa que a maioria desses “fachos pas fâchés” tenham votado na extrema direita e na França Rebelde (LFI).

34. Muito cedo alguns presidentes da República na América Latina compreenderam o papel da educação como fator de emancipação. O ditador (o Supremo) José Gaspar de Francia no Paraguai fez escola elementar, gratuita e obrigatória no início do século XIX. Meio século depois, o presidente da Argentina, Domingo Faustino Sarmiento, fez o mesmo.

35. Utilizaremos aqui as pesquisas realizadas pelo Centre de Recherches Politiques de Sciences Po – CEVIPOF, utilizada no livro de Algan *et al.* (2019).

postos seria gasta com políticas voltadas às minorias. Não apenas as minorias pesariam sobre as demais comunidades, mas também teriam tendências a esquecer suas obrigações. Os pobres e, de forma geral, as categorias sociais mais modestas poderiam considerar que os imigrantes, apesar de pobres, são privilegiados quando em solo de países avançados. Considerados como “parasitas” que vivem do trabalho dos autóctones e algumas vezes lhes tiram seus empregos. Desse modo, os pobres assistidos na América Latina e diversas associações que lhes protegem, beneficiadas pelo Estado, teriam como finalidade difundir valores pouco saudáveis.

Embora importante e instrutivo, esse paralelo não é suficiente para identificar a extrema direita com as igrejas evangélicas. Estas não funcionam como um partido, mesmo que inúmeros pastores se apresentem como candidatos nas eleições. As orientações deles em relação aos votos nem sempre são seguidas, apesar de suas ideias se difundirem amplamente, como observamos no México e no Brasil.³⁶ Suas ideias marcam os programas políticos em que as minorias são denunciadas como parasitas. Os políticos resgatam o discurso evangélico, amplificando-o e legitimando-o à forma das igrejas pentecostais. Em um contexto de crise como o atual, isto pode fazer sentido e tornar-se eminentemente perigoso.

A - Que confiança pessoal?

Aqueles que votam na extrema direita não têm confiança interpessoal e estão pouco satisfeitos com sua própria vida, sofrendo de forma aguda. As últimas eleições presidenciais demonstram isso claramente. O eleitorado de Le Pen é de longe o que menos tem confiança e satisfação em relação às demais pessoas. Os eleitores de Le Pen desconfiam dos vizinhos, só confiam na família em detrimento dos demais, supõem que os desconhecidos são parasitas e/ou aproveitadores. O pavor ao outro, o menosprezo em relação a diplomas e emprego e a angústia em relação ao futuro os conduzem à procura de uma válvula de escape, ou seja, os eleitores de minorias que se “beneficiam do sistema”. Nos países avançados são principalmente os imigrantes, ou seja, os muçulmanos que colocam em perigo os valores cristãos com o “risco da grande troca” (cristãos pelos muçulmanos). Na América Latina, frequentemente são os índios, os

36. Nas eleições presidenciais brasileiras, 65% aproximadamente de evangélicos votaram no candidato Jair Bolsonaro. Nem todos votaram em Bolsonaro, mas como representavam um pouco mais da metade da população, essa votação lhe deu a maioria (56%) e a vitória.

negros, os homossexuais, até mesmo os comunistas, antigo fantasma, que ressurgem como os responsáveis. Nos países avançados, a válvula de escape principal são os partidos políticos tradicionais, aqueles do sistema, denunciados como corruptos e antinacionalistas.. No Brasil, é no Partido dos Trabalhadores e em seu líder carismático, Lula, que se concentram todo o ódio (AUBRÉE, 2019). Esse ódio é mais a expressão de cólera do que de medo. De fato, o medo paralisa, enquanto a cólera constitui a base do populismo e possibilita a expressão e a ação (ALGAN *et al.*, 2019, p. 82).

Laço social ou delação, confiança ou desconfiança quanto às minorias, um retorno ao debate

Diversos sociólogos e economistas consideram que a diversidade, ao contrário da unidade, diminui o “capital social” de uma nação ao desenvolver, a curto e médio prazo, desconfianças recíprocas entre as comunidades, um esgarçamento do laço social. Uma parte desproporcional dos impostos será gasta com políticas sociais direcionadas às minorias. Não apenas as minorias seriam um custo para as outras comunidades, mas também teriam uma tendência a esquecer suas obrigações. Os pobres e de modo geral as categorias sociais mais modestas poderiam considerar que os imigrantes são “privilegiados”, “parasitas” vivendo do trabalho dos autóctones e lhes roubando os empregos. Tais argumentos foram desenvolvidos às vésperas das eleições nacionais ou regionais, pelos partidos populistas e, como veremos, pelas igrejas pentecostais na América Latina.

No entanto, para outros autores, a diversidade constitui um “ativo social”. Segundo Putnam (2007), deve ser feita uma distinção entre curto, médio e longo prazo. A diversidade, a curto e médio prazo, diminui o capital social e, conseqüentemente, a coesão social. No entanto, a longo prazo, esta diversidade desenvolveria e reforçaria novas formas de solidariedade ... Mais especificamente, Putnam testou duas teses opostas sobre diversidade. “Segundo a primeira tese, diversidade demais provoca conflitos. De acordo com a segunda tese a diversidade favorece o contato entre populações e com isto enriquece as relações. Putnam estabeleceu relações entre o grau de homogeneidade e o grau de confiança que diferentes comunidades (ou etnias no sentido norte-americano do termo) mantêm entre si. Os resultados de sua pesquisa parecem confirmar a tese do ‘conflito’, porém parcialmente também a tese do contato. De fato, quanto maior a diversidade étnica em uma cidade (compreendida em termos de comunidade) mais fraco é o grau de confiança entre as etnias. Esta conclusão foi confirmada quando apresentou a questão de forma um pouco distinta, indagando aos agentes sobre qual o grau de confiança que eles têm em relação aos vizinhos. Apesar disso, a diversidade é significativa, menos pessoas têm confiança em seus vizinhos. Essas duas constatações corroboram a tese do conflito. Contudo, quando relacionamos o grau de confiança líquida (isto é, a confiança *vis-à-vis* a sua própria comunidade, menos a de outras comunidades) e o grau de homogeneidade em um dado espaço, não se observa qualquer relação entre as duas variáveis. Isto, segundo Putnam, significa que nem a esse do conflito nem a do contato seriam pertinentes. Putnam conclui que as duas teses coexistem, mas na medida em que a diversidade enfraqueça o capital social a curto e médio prazo” (SALAMA, 2010, p. 78 ss.)

Superar seus problemas pessoais e viver em harmonia compreende frequentemente uma introspecção e pode requerer uma ação de exorcismo para extirpar o mal que trazemos conosco.

Nas igrejas pentecostais, a primeira referência é a própria Bíblia. Seu ensinamento permite ao ser humano regenerar-se. Isto é, o que lhe pode ocorrer de mal não é necessariamente ausência da sociedade, mas principalmente sua própria ausência. Não seguir os ensinamentos da Bíblia conduz ao fracasso pessoal. A sociedade é desigual, desigualdades de renda e de patrimônio não são aceitáveis, porém, esperar que o Estado as diminua e que auxilie os pobres seria um erro. A ação pública não deve atuar em prol de uma minoria, visando os pobres em detrimento da maioria. Por exemplo, beneficiar os pobres permitindo-lhes o acesso à universidade³⁷ pode prejudicar outras pessoas, o que seria pernicioso do ponto de vista do conjunto da sociedade. Sobretudo, ajudar os pobres significa favorecer sua preguiça natural em detrimento deles próprios e do conjunto da sociedade. Significa beneficiar o clientelismo (compra de votos) e a corrupção, ao passo que a Bíblia prega a probidade e a necessidade do esforço individual para superar a pobreza. Desse modo, como escreve Flexor (2020, p. 18): “em contraposição, sempre segundo essa narrativa, o mercado oferece uma solução ao problema da pobreza bem mais eficaz e justificável ao beneficiar um maior número de indivíduos. Neste sentido, no que diz respeito à justiça social, o mercado pode substituir o Estado de forma mais vantajosa. Quando este é corrupto e ao serviço de seus próprios representantes, os auxílios aos pobres podem ser comparados à compra de votos, e os impostos, a uma fonte de ineficácia e corrupção”.

Podemos considerar que haja uma contradição entre o discurso glorificando o esforço individual e atacando a preguiça e o fato de que os evangélicos sejam, em sua maioria, pobres ou vulneráveis e os que mais se beneficiam de medidas de ajuda por parte do Estado?

A pesquisa de Flexor observa que as políticas de transferência não são rejeitadas pela população das periferias do Rio. Os católicos e os evangélicos têm uma posição tímida a esse respeito. São principalmente, em comparação com os católicos e evangélicos, os sem religião que são contra essa política. Mais educados, possivelmente mais bem pagos, os “sem religião” têm a sensação de pagar pelos outros e, de forma

37. Como fez Lula no Brasil, permitindo o acesso à universidade de pessoas que não tinham o nível necessário, visto que não tinham a oportunidade de frequentar boas escolas.

mais evidente, os brancos e os mais bem remunerados. Se aprofundarmos esse detalhe observaremos que as políticas de transferência (bolsa família, auxílio aos deficientes, auxílio à compra da casa própria) são mais aceitáveis do que aquelas que visam instituir uma renda mínima, ou aquelas que permitam acesso aos hospitais públicos e gratuitos. Em contrapartida os “sem religião” são favoráveis às políticas de ação afirmativa em termos de acesso às universidades públicas e privadas, provavelmente porque serão beneficiados ou esperam que seus filhos o sejam.

De forma geral, a desconfiança em relação ao Estado está baseada em duas análises críticas. A primeira é que o Estado não tem uma *performance* tão boa quanto a do mercado, *locus* onde se pode liberar as iniciativas individuais. A segunda é que o fluxo de despesas públicas é sinônimo de clientelismo e de corrupção. É isto que explica o caso de corrupção, denominado “mensalão” (mensalidades pagas aos deputados para que votem as leis), e outros negócios (ajudas aos pequenos partidos e aos deputados evangélicos com benefícios “desmedidos” [29 entre 70] que possibilitem o pagamento aos eleitores). No entanto, 49 deputados evangélicos não foram reeleitos. Isso também explica o motivo pelo qual os deputados evangélicos têm uma posição mais pragmática do que aquela que seus discursos dariam a entender. Mesmo desconfiando do Estado, eles votam as leis que poderiam situar-se no limite de seus ideais ou se mantêm em silêncio quanto às transferências anunciadas em prol dos pobres. A política de Lula de transferências sociais, aquelas de Lopez Obrador, de ajuda aos pobres, não tiveram uma oposição feroz, uma oposição à altura de seus discursos. É como se o essencial estivesse distante, mesmo que consideremos que a oposição dos evangélicos seja um pouco mais contundente do que a oposição dos católicos sobre este assunto.

O que é essencial?

1. A luta pelo esgotamento no mundo político (como já visto, os evangélicos mexicanos apropriam-se de Juarez e seu legado laico na esperança de que isto os ajude a se desenvolverem);
2. A luta pelos valores tradicionais - como se estivessem congelados no tempo, relacionados à família - é alçada à condição de cultural. Desse modo, o culto associa-se à cultura. Em termos gerais, se não há um divórcio entre as ideias e a prática, se o pragmatismo parece se impor, provavelmente é porque a contraposição se produz de outras formas, mais culturais.

Assim, os evangélicos opõem-se às minorias, sejam aquelas cuja existência é “natural” (os índios da Amazônia, por exemplo), sejam aquelas que despontam a partir de sua própria luta, como é o caso da mobilização dos homossexuais que procuram o reconhecimento de direitos, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O mesmo em relação ao aborto ao qual são contrários por conta dos preceitos da Bíblia e segundo a leitura que fazem. Como indica Flexor (2020, p. 5-6): “*DataFolha* em 2016 mostra uma rejeição ao casamento de pessoas do mesmo sexo bem mais alta entre os evangélicos do que entre o resto da população: 68% são contra, 18% a favor e 10% são indiferentes. Para o conjunto da população a taxa de rejeição é de 42% e a proporção dos favoráveis é de 44%. Em relação à questão do aborto, os evangélicos constituem também o grupo que apresenta as posições mais conservadoras. A mesma pesquisa mostra que 64% destes últimos são favoráveis a medidas legais, tal como a pena de prisão para as mulheres que praticarem o aborto. Os católicos têm opiniões similares, mas são menos radicais. Um pouco mais que a maioria (58%) apoia essas medidas. Os evangélicos também são mais tradicionais do que o resto da população quando se trata da divisão do trabalho entre homem e mulher no seio da família”. Isso provavelmente explica a “moderação” em reação ao apoio de Lopez Obrador contra os feminicídios.

B. As ideias conservadoras e sua enorme difusão marcam cada vez mais a vida política

A posição dos católicos sobre os valores culturais aproxima-se da posição dos evangélicos, que são cada vez mais influentes. A crise atual se insere em situação econômica já bastante frágil na maior parte dos países latino-americanos. A amplitude das respostas à crise não parece estar à altura das necessidades da maior parte dos países, e se porventura medidas mais significativas são implementadas, frequentemente estão atrasadas dada a rapidez do contágio na pandemia.

A crise econômica se manifesta por meio de uma queda significativa do PIB, uma diminuição ainda maior na indústria e no comércio, uma depreciação das moedas nacionais em consequência da fuga de capitais sem que as exportações possam se beneficiar do crescimento da demanda externa,³⁸ dada a paralisação da produção por

38. Exceto no México, em relação às indústrias maquiladoras destinadas ao consumo dos Estados Unidos, até o fe-

conta da evolução do contágio. A crise econômica está por vir, e as primeiras estimativas quanto à redução do crescimento se mostram otimistas. A crise social se amplifica. Ela já se instalou em diversos países dada a situação econômica anterior à pandemia. Com a pandemia, a crise social cresce consideravelmente: aumento da informalidade nos empregos, aumento da taxa de desemprego, diminuição das rendas do trabalho, crescimento da pobreza e da pobreza extrema. Nesse contexto, a incerteza quanto ao futuro acentua a ansiedade.

Há um divórcio entre a situação econômica complicada e a exigência de respostas políticas simples cada vez mais partilhadas. Aqueles que chegam a explicitá-las colhem frutos em termos de popularidade. No momento, é o caso do presidente do México. Aqueles que não o fazem, perdem popularidade, como é o caso do presidente do Brasil. Quanto àqueles que se recusam a adotar respostas simples e tentam responder à complexidade da crise mantendo sua popularidade, não se pode garantir que manterão esta popularidade. Este é o caso do presidente da Argentina.

As soluções simples têm dois aspectos distintos. Primeiro, minimizar a pandemia e fazer crer que seja possível atenuar seus efeitos por meio de uma prática religiosa que respeite os valores considerados sagrados. O segundo aspecto é o de afirmar que o retorno ao trabalho é absolutamente necessário, alegando que a crise provocada pelo confinamento e interrupção da produção não asseguram as necessidades imediatas, podendo matar mais do que a COVID-19, o que, ao final de certo tempo, pode vir a tornar-se realidade.

Esse aspecto, repetido dia após dia pelo presidente brasileiro, possibilita eleger um bode expiatório: os políticos, os governadores estaduais, por vezes os ministros da saúde impedem qualquer retorno possível ao trabalho. Dado que existe uma profunda desconfiança em relação ao Estado e aos políticos, alimentada pelos evangélicos, esta acaba por encontrar eco junto à população. Este eco é tão mais forte potencialmente quanto for a crise. A deterioração social é mais rápida do que as melhorias es-

chamento das indústrias por causa da pandemia, com grande perda por parte das empresas norte-americanas que tentam, desde então, reabri-las. Desse modo, de fevereiro a janeiro o crescimento das exportações para os Estados Unidos foi de 8,9% em 2018, 6,5% em 2019 e de 5,2% em 2020, segundo dados oficiais dos Estados Unidos. Segundo os dados interanuais, as exportações mexicanas ultrapassaram as exportações da China, com estas diminuindo 31,30%. Desse modo, segundo as previsões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em fins de março e para os países do G-20, o México deverá ser o país mais afetado pela crise. O PIB deverá cair 5,8%. Em fins de abril, a redução do PIB foi revisada para baixo e deverá alcançar 9% segundo o grupo financeiro Citibanamex (JUARÉZ, 21 abr. 2020).

peradas pelos políticos, quando estes adotam medidas contracíclicas para ajudar as empresas à beira da falência, aliviando as famílias por meio de depósitos de quantias que permanecem sendo bem modestas. Desconfiança crescente em relação ao Estado, dado sua incapacidade de controlar a crise e melhorar as condições de vida. E isto de forma a desembocar em respostas simples e em uma radicalização do discurso em prol de um Estado forte, compreendido como um Estado que não seja atravancado pelas regras democráticas.

Os evangélicos têm respostas simples aos problemas postos pela epidemia. É por isto que eles podem ser vetores de uma escalada de extrema direita. Isto explica por que o presidente perde popularidade junto às classes médias e a mantém junto aos pobres que votaram nele, em especial os evangélicos. Um apoio que em si não será afetado pela interferência na ordem política e jurídica, na corrupção e até mesmo na cumplicidade de assassinato que pesa sobre ele e seu círculo familiar próximo.³⁹

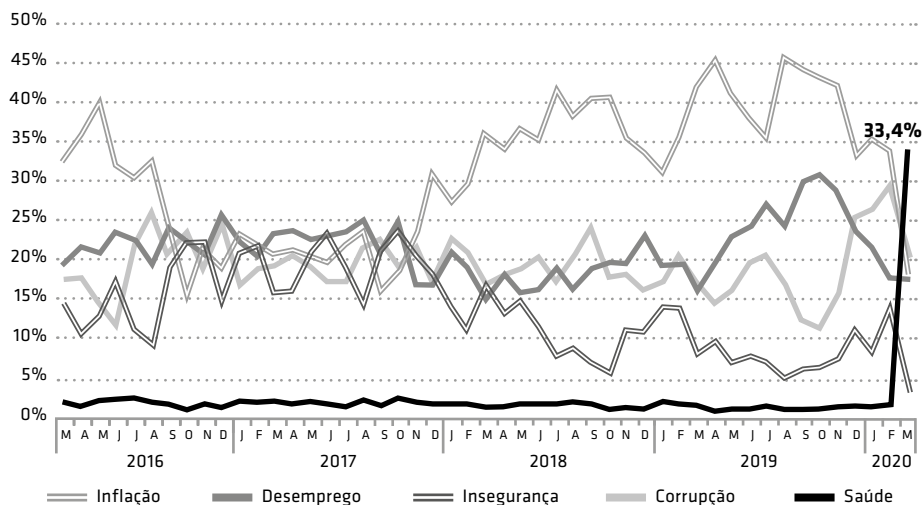
No entanto, o horizonte não é tão sombrio como descrito acima. Já quanto à epidemia, mudanças políticas surgiram em muitos países da América Latina. Após a onda de direita, uma vaga onda progressista começa a se delinear a partir de inúmeras manifestações em diversos países: no Chile, no Equador, a eleição de novos presidentes no México e na Argentina, de uma prefeita homossexual em Bogotá (Colômbia). No entanto, com uma sombra na Bolívia, dada a queda de Evo Morales.

Quando consideramos a popularidade do presidente argentino, e do presidente mexicano constatamos que, apesar da situação econômica muito difícil (queda do PIB, aumento do desemprego, da informalidade, da pobreza e a diminuição dos salários reais), os presidentes mantiveram níveis elevados de confiança. Pode-se compreender isto a partir do exemplo argentino que, como vimos, adotou rapidamente o confinamento, medidas anticíclicas, ajudas diretas aos mais desprovidos, aos assalariados em desemprego parcial. O caso do México é mais difícil de compreender,

39. As posições das classes médias, ao encontro dos ultraconservadores, geram oposição não apenas daqueles que foram contrários à sua eleição, mas também daqueles para quem esses discursos chocam e daqueles que esperam uma intervenção mais substancial do Estado para salvar a economia. E, para complicar, os conflitos não resolvidos, os excessos verbais e factuais, como os que visam influir na justiça, nas investigações em curso, o papel do exército... faz com que o todo que dele sai não seja muito coerente. É o caso, por exemplo, do conflito de abril de 2020 entre o presidente, apoiado por generais, para a implementação de um "Plano Marshall", levando a uma maior intervenção do Estado e de seu ministro, um liberal antiquado, na economia.

onde, à parte as medidas de confinamento, quase nada foi feito, exceto a promessa de criação de dois milhões de empregos. De fato, essa popularidade se esvai, sobretudo no que diz respeito às reações quanto às violências contra as mulheres e aos feminicídios – 76% da população considera que o presidente reagiu mal às manifestações – mas também em outras áreas. As pesquisas de opinião realizadas em fins de fevereiro de 2020 mostram que a popularidade do presidente permaneceu alta (77%), mas, no que diz respeito à política contra a pobreza, essa confiança diminuiu entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2020, passando de 58% para 43%; contra a corrupção, a baixa foi de 56% para 39%, e em favor da educação, de 74% para 70%; a confiança na saúde baixou de 59% para 47% e, em termos da condução da economia, a diminuição foi de 67% para 62% no mesmo período (MORENO, 4 mar. 2020). Uma pesquisa realizada em meados de abril de 2020 mostra que 66% dos mexicanos estão preocupados com a pandemia. Ao perguntar sobre a escolha entre três temas, o coronavírus, a insegurança e os aspectos econômicos (entre eles o desemprego), 56% demonstraram-se preocupados com a pandemia em 18 de abril, enquanto um mês antes este número era de 51%. As oscilações para a questão da segurança foi de 11% contra os 25% anteriores e a preocupação com a economia oscilou em relação ao mês anterior de 25% para 16%. O temor da pandemia obscurece um pouco as demais preocupações, sobretudo aquelas que dizem respeito à falta de segurança. No entanto, com o surgimento dos efeitos econômicos, a angústia em relação à perda de seu trabalho e à diminuição da renda aumenta. 71% dos mexicanos aprovam o confinamento, 78% consideram que os efeitos da pandemia serão piores no futuro (MORENO, 18 abr. 2020). Em geral, a continuidade da popularidade de Lopez Obrador é significativa, porém, apenas à medida que a pandemia e seus estragos se tornem mais amenos.

Na Argentina, o presidente e o governo recém-eleitos (10 de dezembro de 2019) criaram uma situação bastante grave: uma dívida crescente nos últimos três anos, taxa de crescimento do PIB negativa, diminuição considerável dos salários, aumento do desemprego e da informalidade. No entanto, em meados de abril, 75,1% da população consideravam que as medidas contra a pandemia eram boas, 46% aprovavam o confinamento e 40,1% as aprovavam parcialmente. Essa evolução indica que a população desejaria uma flexibilidade maior dessas medidas. Em meados de abril, 64,1% têm uma imagem positiva do governo em comparação aos 40% no mês anterior.

Gráfico 4 | Evolução das principais preocupações. Total País: Março 2016 - Abril 2020

Fonte: APPVISOR BY ECOLATINA, 17 abr. 2020.

E mesmo que a inflação permaneça em níveis muito elevados, a preocupação dos argentinos em relação a esta taxa diminuiu consideravelmente, o mesmo ocorrendo em relação à corrupção, à insegurança e ao emprego. Somente a preocupação com a saúde aumentou consideravelmente (APPVISOR BY ECOLATINA, 17 abr. 2020).

Nestes dois países, Argentina e México, o peso das correntes evangélicas é menos significativo, embora crescente, em comparação com a América Central ou o Brasil: respectivamente, 9% e 6,3% em 2014. Apesar do agravamento da crise econômica, do aumento potencial das correntes evangélicas, da incapacidade mais ou menos significativa dos governos em superar a crise e a pandemia, o retorno ao poder das correntes “não liberais” (ou iliberais), como aconteceu na Hungria, ou até mesmo novas ditaduras militares, sob a forma de populismo de extrema direita, não são inevitáveis. Os evangélicos, apesar dos valores que professam, não constituem em sua totalidade um exército das sombras, de extrema direita. No Brasil, inúmeros pobres e entre eles os evangélicos – embora minoritários – votaram no Partido dos Trabalhadores, principalmente aqueles do Norte e Nordeste, as regiões mais pobres do país. Em geral, os pobres não constituem a nova “classe perigosa”, mesmo que o discurso dos evangélicos

cos possa influenciá-los negativamente. Esta é a razão pela qual a preocupação quanto às suas necessidades se torna necessária em diante da discussão de forma abstrata. Não conduzi-los a qualquer preço à procura de um trabalho, por ignorar essa dimensão, seria jogá-los para soluções “simplistas”, como já analisamos.

Conclusão

O futuro não é conhecido nem inevitável, as tendências são previsíveis e dependem, ao mesmo tempo, de fatores não controláveis, exógenos, e da evolução da relação de forças geradas pela crise. Podemos considerar, para o conjunto dos países, que a amplitude da crise é propícia ao desenvolvimento de novas formas de intervenção por parte do Estado. No entanto, se a crise durar e se desenvolver, como é provável na América Latina, então o Estado aparecerá cada vez mais incapaz de encontrar soluções que aliviem o custo social. A perda de credibilidade percebida pelos governantes pode criar novas formas “iliberais” de democracia (HAAS, 2020). A procura por um Estado forte, personalizado por um líder carismático, favoreceria novas formas de populismo, provavelmente com o apoio das igrejas evangélicas.

Referências

- AGAMBEN, G. *L'Etat d'exception*. V. 2: Homo Sacer, le pouvoir souverain et la vie nue. Paris: Seuil, 2003.
- AGAMBEN, G. et al. *Sopa de Wuhan*. Pensamiento contemporaneo en tiempo de pandemia. [S. l.]: ASPO, 2020.
- ALGAN, Y. et al. *Les origines du populisme*. Paris: Seuil, 2019.
- APPVISOR BY EXOLATINA. Un clima de opinión favorable al gobierno. Publicado em: 17 abr. 2020. Disponível em: <https://blog.appvisor.com.ar/un-clima-de-opinion-favorable-al-gobierno/>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- AUBRÉE, M. Entronização de um Trump tropical. *Revista Confins*, n. 501, p. [s/p], 2019.
- AUBRÉE, M.; LAPLANTINE, Fr. *La Table, le Livre et les Esprits, Naissance, évolution et actualité sociale spirite en France et au Brésil*. Paris: JC Lattès, 1992.

- BARCENO, A. Coyuntura, escenarios y proyecciones hasta 2030 ante la presente crisis de COVID-19. *CEPAL*, p. 1-65, 3 abr. 2020.
- BARRANCO VILLAFAN, B.; BLANCARTE, R. *AMLO y la religion, el Estado laico bajo amenaza*. Barcelona: Grijalbo, 2019.
- BIRNBAUM, J. *Un silence si religieux, la gauche face au djihadisme*. Paris: Seuil, 2016.
- CADENAS, P. A. Le Venezuela, ce navire à la dérive. *Les temps modernes*, n. 697, p. 11-34, 2018.
- CALDERON CASTILLO, J. Iglesias evangelicas y el poder conservador en Latinoamerica. *Celag.org*. Publicado em: 8 nov. 2017. Disponível em: www.celag.org/iglesias-evangelicas-poder-conservador-latinoamerica/. Acesso em: 8 dez. 2020.
- CARTIER BRESSON, J. *Economie politique de la corruption et de la gouvernance*. Paris: L'Harmattan, 2008.
- CETRANGOLO, O.; GOLDSCHMIT, A. Seguimos (re)cayendo ¿nos levantaremos? (acerca de cómo evitar los buñuelos fríos). *Alquimias económicas*. Publicado em: 21 oct. 2020. Disponível em: <https://alquimiaseconomicas.com/category/oscar-cetrangolo/>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- CETRANGOLO, O.; GOLDSCHMIT, A. Necessidades de regulacion del sector privado en salud en America Latina. *Documentos de trabajo del IIEP –UBA*, n. 40, p. 1-26, 2019.
- CORONIL, F. *El Estado magico*. Buenos Aires: Nueva Sociedad, 2002.
- DELGASO-MOLINA, C. A. O levante no México. Entre as igrejas e a política. *Nueva Sociedad*, n. 280, p. 91-101, 2019.
- DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (Ed.). *The macroeconomics of populism*. [S. l.]: NBER Report, 1992.
- EDIPO. *La cuestion evangelica*. Apuntes sobre el origen, la difusion en Latinoamerica y su influencia en la Ciudad de Buenos Aires. Publicado em: 4 dez. 2019. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/es/ba-research/la-cuestion-evangelica/>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- FLEXOR, G. *Fé e classes sociais*, mimeo, 2020.
- GADEA, C. A. Ernesto Laclau e a “razão populista”. *Revista IHU*, n. 508, ano XVII, p. 14-17, 7 ago. 2017. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao508.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- HAAS, R. The pandemic will accelerate history rather than reshape it. *Foreign Affairs*, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-04-07/pandemic-will-accelerate-history-rather-reshape-it>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- HIRSCHMAN, A. O. *Deux siècles de rhétorique réactionnaire*. Paris: Fayard, 1991.
- HIRSCHMAN, A. O.; ROTHSCHILD, M. The Changing Tolerance for Income Inequality in the Course of Economic Development. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 87, n. 4, p. 544-566, 1973.
- JUARÉZ, Edgard. Citibanamex anticipa una caída del PIB de México de hasta 9% en 2020. *El Economista*, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://www.economista.com.mx/economia/Citibanamex-anticipa-una-caida-del-PIB-de-Mexico-de-hasta-9-en-2020--20200421-0069.html>. Acesso em: 9 dez. 2020.

- LA CRUZ, Cantura. Morts violentes, incertitudes et pénuries dans les terres d'Aragua. *Les Temps Modernes*, n. 697, p. 166-176, 2018.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hégémonie et stratégie socialiste*. Paris: Fayard, 2009 .
- LANDER, E. El Estado magico sigue ahi. Las continuidades y rupturas en la historia del petroestado venezolano. *Nueva Sociedad*, n. 274, p. 30-44, mar.-abr. 2018.
- LUSTIG, N. Coronavirus set to push 29m Latin Americans into poverty. *Financial Times*, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/3bf48b80-8fba-410c-9bb8-31e33ffc3b8>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- MANTOVANI, Emiliano Teran. Une géographie des conflits écologiques. *Les Temps Modernes*, n. 697, p. 177-197, 2018.
- MATHIAS, G.; SALAMA, P. *L'État surdéveloppé: des métropoles au Tiers-monde*. Paris: Maspéro; La Découverte, 1983.
- MORENO, Alejandro. Aprueba 71% de mexicanos ampliación de cuarentena; 78% estima que lo peor está por venir. *El Financiero*, 18 abr. 2020. Disponível em: <https://www.elfinanciero.com.mx/nacional/aprueba-71-de-mexicanos-ampliacion-de-cuarentena-78-estima-que-lo-peor-esta-por-venir>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- MORENO, Alejandro. Queda AMLO con 63% de aprobación. *El Financiero*, 4 mar. 2020. Disponível em: <https://www.elfinanciero.com.mx/nacional/queda-amlo-con-63-de-aprobacion>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- O GLOBO, 23 mar. 2020, Editorial, p. 1-8.
- OLMES, R. *La divina cuarta transformacion*. Publicado em: 12 ago. 2019. Disponível em: <https://contralacorrupcion.mx/divina4t>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- PUTNAM, R. D. E Pluribus Unum: diversity and community in the twenty-first century. *Scandinavian Political Studies*, v. 30, n. 2, p. 137-174, 2007.
- RACHMAN, Gideon. Coronavirus nationalism is a side effect of coronavirus. *Financial Times*, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/644fd920-6cea-11ea-9bca-bf503995cd6f>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- RASTIER, F. Le conspirationnisme légitimé: Giorgio Agamben et la pandémie. *L'observatoire du conspirationnisme*. Publicado em: 28 mar. 2020. Disponível em: <https://www.conspiracywatch.info/le-conspirationnisme-legitime-giorgio-agamben-et-la-pandemie.html>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- ROUBINI, N. The coming greater depression of the 2020s. *Project syndicate*, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/greater-depression-covid19-headwinds-by-nouriel-roubini-2020-04?barrier=accesspaylog>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- SABOIA, A. L.; SABOIA, J. Whites, Blacks, and Brown in the Labor Market in Brazil: A Study About Inequalities. *The Review of Black Political Economy*, v. 36, n. 2, p. 127-135, 2019.
- SAINT UPERY, M. Espejismo de la crisis venezolana. Entrevista a Marc Saint-Upéry. *Nueva Sociedad*. Publicado em: mar. 2019. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/venezuela-crisis-maduro-guaido-chavez/>. Acesso em: 9 dez. 2020.

- SALAMA, P. *Migrants et lutte contre les discriminations en Europe*. Strasbourg: Éd. Conseil de l'Europe, 2010.
- SEMAN, P.; VIOTTI, N. Todo lo que usted quiere saber sobre los evangélicos y le contaron mal. *Revista Anfibia*. Publicado em: 2019. Disponível em: <http://revistaanfibia.com/ensayo/todo-lo-que-quiere-saber-de-los-evangelicos-le-contaron-mal/>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- SVAMPA, M. *Debates latinoamericanos. Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo*. Buenos Aires: Edhasa, 2016.
- THE ECONOMIST, 8 abr. 2020. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2020/04/11/latin-americas-health-systems-brace-for-a-battering>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- THÉRY, H. Covid-19 au Brésil: aggravants, scénarios et risques. *Autres Brésils*. Disponível em: <https://www.autresbresils.net/Covid-19-au-Bresil-aggravants-scenarios-et-risques>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- THORNHILL, John. Coronavirus monitoring poses dangers for civil liberties. *Financial Times*, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/d6c877cc-6cfa-11ea-9bca-bf503995cd6f>. Acesso em: 9 dez. 2020.

